

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

NATÁLIA MACHADO VILAÇA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS): ESTUDO SOBRE  
AS CONCEPÇÕES DE NATUREZA DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DESENVOLVIDAS NAS UCS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2015

**NATÁLIA MACHADO VILAÇA**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS): ESTUDO SOBRE  
AS CONCEPÇÕES DE NATUREZA DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DESENVOLVIDAS NAS UCS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia de Campos do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de licenciada em Geografia.

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. MARIA DO SOCORRO BEZERRA DE LIMA**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**2013**

VILAÇA, Natália Machado

Educação Ambiental e Unidades de Conservação UCs: um estudo sobre as concepções de natureza das atividades de Educação Ambiental desenvolvidas nas Ucs do município de Campos dos Goytacazes / Natália Machado Vilaça, 2015.

106 f.

Orientadora: Maria do Socorro Bezerra de Lima.

Monografia – Universidade Federal Fluminense/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

1. Educação Ambiental 2. Unidades de Conservação -

**NATÁLIA MACHADO VILAÇA**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS): ESTUDO SOBRE  
AS CONCEPÇÕES DE NATUREZA DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DESENVOLVIDAS NAS UCS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia de Campos do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de licenciada em Geografia.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Bezerra de Lima – Orientadora**  
**UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

---

**Prof. Dr. Marco Antônio Sampaio Malagodi**  
**UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Gabriela Scotto**  
**UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**Campos dos Goytacazes**

**2015**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela coragem e força durante esta caminhada!

Agradeço aos meus pais Carlos e Conceição, e ao meu irmão Gustavo, que sempre me apoiaram nas minhas escolhas, sempre prestaram total assistência a esse meu desafio de cursar uma graduação fora da minha cidade! Amo vocês!

Agradeço ao meu namorado Hugo, pelo carinho, ajuda, pelo imenso apoio e paciência durante esta caminhada!

Agradeço a minha orientadora e amiga Socorro, obrigada pelos ensinamentos, pela paciência e por acreditar em mim! Pela amizade e mensagens de incentivo nos momentos de frustração, me dando o verdadeiro exemplo do que significa ser Professor!

Agradeço aos meus amigos e professores do NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, obrigada pelo conhecimento dividido, momentos de alegria e descontração! Nossos momentos de alegria, viagens e tensão pré-apresentação ficarão sempre na minha memória! É muito bom fazer parte desta família!

Agradeço aos meus amigos Ana Carolina, Bruno e Karen, que me proporcionaram momentos únicos de alegria e diversão nos meus momentos de estresse e saudade da família!

## RESUMO

Diante da problemática ambiental vivenciada pela sociedade moderna, a Educação Ambiental é vista como um importante meio para superar as consequências desta problemática. No entanto a maioria das atividades de Educação Ambiental são pautadas na perspectiva conservadora que, que coloca o homem como apenas degradador do meio ambiente, não enfatizando as suas relações com o meio. As atividades de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação UCs, não fogem desta premissa, nesses espaços, apenas os aspectos biológicos são considerados, enquanto os aspectos históricos- culturais não são analisados. Nesse sentido, o objetivo desta monografia é identificar e analisar o conceito de natureza e as concepções que norteiam e/ou estão presentes nas atividades de Educação Ambiental realizadas em Unidades de Conservação (UCs) e/ou outros espaços de formação propostas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Campos dos Goytacazes.

**Palavras-Chaves:** Educação Ambiental, Unidades de Conservação, natureza

## **ABSTRACT**

*Faced with the environmental problems experienced by modern society, environmental education is seen as an important means to overcome the consequences of this problem. However most of the environmental education activities are guided by the conservative perspective, which places the man as only degraded the environment, not emphasizing their relationship with the environment. The environmental education activities in protected areas Units of conservation, do not run this premise, in these spaces, only the biological aspects are considered, the cultural-historical aspects are not analyzed. In this sense, the objective of this paper is to identify and analyze the concept of nature and concepts that guide and / or are present in environmental education activities in Conservation Units of (UCs) and / or other areas of training proposed by the Municipal Environment in the city of Campos dos Goytacazes.*

**Key Words:** Conservation Units of, environmental education, natureze

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 – Políticas Públicas para a Educação Ambiental no Brasil	28
Quadro 02 - Correntes de Educação Ambiental	42
Quadro 03- Análise das Atividades de Educação Ambiental	63



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01 - Total de Atividades de Educação Ambiental Realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente (2012/2015)	63
Gráfico 02 - Distribuição das Atividades Realizadas (2012-2015)	66

## LISTA SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental  
CEA – Centro de Educação Ambiental  
CEAMB-RJ - Comissão Estadual de Educação Ambiental/Rio de Janeiro  
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos  
CEEA - Coordenação Estadual de Educação Ambiental  
CGEA - Coordenação-Geral de Educação Ambiental  
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas para o Meio ambiente e Desenvolvimento  
COEA/MEC - Coordenação-Geral de Educação Ambiental/ Ministério da Educação  
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente  
DEA - Diretoria de Educação Ambiental  
ECO92 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente  
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICMS Ecológico – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços  
IEF - Instituto Estadual de Florestas  
IPCC - Inter-governamental sobre Mudanças Climática  
MEC – Ministério da Educação  
MMA/IBAMA – Ministério do Meio Ambiente/ Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
NUREDAM/UERJ - Núcleo de Referência em Educação Ambiental/Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
ONGs - Organizações Não-Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais  
PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental  
PNEA - Política de Educação Ambiental  
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente  
PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental  
ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental  
Rio 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável  
RIO+10 - Conferência das Nações Unidas  
RIO+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável  
SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente  
SERLA - Superintendência Estadual de Rios e Lagoas  
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
UCs - Unidades de Conservação  
UNESCO - Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
<b>CAPÍTULO 01 – OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL</b>	16
1.1. As Conferências Ambientais e a Discussões Sobre Educação Ambiental	16
1.2. Os Caminhos da Educação Ambiental no Brasil	26
1.3. A Educação Ambiental no Estado e na cidade do Rio de Janeiro	30
<b>CAPÍTULO 02 – PROBLEMATIZANDO OS CONCEITOS DE MEIO AMBIENTE E NATUREZA PRESENTES NOS DISCURSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	34
2.1. Conceito de Meio Ambiente	34
2.2. Conceito de Natureza	35
2.3. Relação Homem X Natureza	37
<b>CAPÍTULO 03 – OS DIVERSOS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	40
3.1. Correntes de Educação Ambiental	42
3.2. Educação Ambiental Socioambiental	52
<b>CAPÍTULO 04 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	55
4.1. O que são Unidades de Conservação?	55
4.2. Educação Ambiental em Unidades de Conservação	56
4.3. As dinâmicas da criação de Unidades de Conservação no Brasil e no Rio de Janeiro	57
4.4. As Unidades de Conservação do Município de Campos dos Goytacazes	58
4.5. Análise das Atividades de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação e nos espaços do Município de Campos dos Goytacazes	58
5 - Considerações Finais	70
6 – Referências Bibliográficas	74
APÊNDICES	76

## INTRODUÇÃO

A sociedade moderna já possui um conhecimento a cerca dos problemas ambientais que existem no mundo. No entanto pouco avançou na construção de uma sociedade que se preocupe com a sustentabilidade, pois a ação que ainda prevalece nos ambientes educativos se restringe apenas na apresentação e difusão sobre a gravidade dos problemas ambientais e suas consequências para o meio ambiente. E essa perspectiva não é suficiente para uma educação ambiental crítica, capaz de intervir no processo de transformação da sociedade em prol da superação da problemática ambiental.

No passado, a crítica que era mais difundida sobre a problemática ambiental era a que estava ligada com o aumento da população com o consumo dos recursos naturais, principalmente nos países denominados “terceiro mundo”. Argumentava-se que havia uma concentração de consumo dos recursos naturais e das riquezas devido ao modelo capitalista de desenvolvimento nos países industrializados e que o real problema era a concentração de riquezas e de consumo.

Outra crítica que foi bastante difundida na Educação Ambiental nas suas primeiras décadas era de relacioná-la com a proteção e conservação das espécies de animais e vegetais. Sendo assim, a Educação Ambiental estava muito próxima da ecologia, sem considerar os problemas sociais e políticos que estavam relacionados com determinados problemas ambientais (REIGOTA, 2009).

Nesse sentido, não desmerecendo a ecologia, a Educação Ambiental não pode estar relacionada apenas com os aspectos biológicos da vida, o seu papel é muito mais político do que apenas garantir a preservação de determinadas espécies de animais e vegetais, embora essas questões sejam importantes e precisem de atenção e de políticas adequadas.

A Educação Ambiental que será apresentada neste trabalho é a Educação Ambiental de cunho crítico, que prioriza as relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre o homem e natureza.

Reigota (2009) afirma que a Educação Ambiental política, está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e cidadãs na busca de alternativas que permitam uma convivência digna e voltada para o bem comum.

A Educação Ambiental de cunho político destaca a questão do “por que fazer” do que “como fazer”, pois ela reivindica e prepara o cidadão para exigir uma sociedade com justiça social, cidadania e ética na relação entre a sociedade e natureza.

Desde o início esta relação homem-natureza foi construída de maneira disjunta, fragmentando o olhar e a compreensão, através de uma visão que separa as duas partes, através de uma perspectiva individualista e privatista que cultiva uma postura desintegrativa e dicotômica que simplifica e reduz a complexidade da realidade. Diante desta visão, constrói-se uma idéia de separação entre o homem e a natureza, estabelecendo assim, uma relação de dominação de um sobre o outro, ou seja, dos seres humanos em sociedade sobre a natureza. Isso quer dizer que a sociedade sempre vai ser degradadora da natureza, pois essa relação se estabeleceu a partir de uma visão social de mundo que foi construída, fruto da sociedade moderna com seus paradigmas (GUIMARÃES, 2011).

O ser humano contemporâneo vive uma profunda dicotomia e não se considera como elemento pertencente à natureza, mas sim como um ser a parte, observador e ou explorador dela. No entanto esse distanciamento do ser humano em relação à natureza fundamenta suas ações tidas como racionais, mas que geraram graves consequências para o meio (REIGOTA, 2009).

Ao analisar o mundo desde a época dos grandes descobrimentos Guimarães (2001) destaca que se percebe essa visão de mundo constituído, na qual o homem não se ver como parte da natureza, mas sim como seu dominador. Esse sentimento nos leva, na atualidade, a uma noção de não pertencimento ao meio. Nesta perspectiva de visão etnocêntrica européia, se classificava como primitivo os povos que viviam mais próximos da natureza, como os índios. Já os ditos civilizados eram aqueles que não dependiam da natureza, mas sim que a dominavam e exploravam segundo os interesses econômicos dessa sociedade (GUIMARÃES, 2011).

Percebe-se que ao longo dos ciclos econômicos as sociedades procuraram dominar e explorar ao máximo as riquezas naturais, assim, a natureza era vista como um recurso natural para alimentar um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas e que vem desde essa época disseminando e sendo implantado por todo o planeta (GUIMARÃES, 2011). No entanto, este modelo econômico da sociedade moderna se mostra cada vez mais insustentável ambientalmente, pois esta crise ambiental é uma crise da sociedade e de seus paradigmas, do modelo que se apresenta como o único caminho a seguir, sendo, portanto uma crise civilizatória.

Guimarães (2011) cita como exemplo para pensarmos nos paradigmas da sociedade moderna, a visão de mundo construída por uma perspectiva cientificista que gera, em determinada instância, a separação entre sociedade e natureza. Nessa perspectiva há uma tendência de estabelecermos dualidades entre os seres humanos e a natureza. No entanto se levarmos em conta apenas uma parte, considerando-os diferentes e desiguais, cria-se um antagonismo entre as duas partes que atrapalha a visão de complementariedade destas partes. E,

Isso propicia que nos coloquemos (nós ser humanos modernos) na seguinte equação: A diferente de B; logo A não é B. Assim em analogia, entende-se: ser humano diferente de (e superior) da natureza; logo ser humano não é natureza, “naturalizando” um antagonismo representado pela expressão seres humanos versus natureza, em uma postura de oposição antagônica e dissociada, típica da nossa sociedade (GUIMARÃES, 2011 p. 20)

O que se precisa analisar é que, apesar de muitos educadores serem bem intencionados com a questão ambiental as atividades reconhecidas como Educação Ambiental apresentam características dos paradigmas da sociedade moderna.

Diante disso, vemos que infelizmente, a maioria dos educadores não foi/está sendo preparado adequadamente durante a sua formação e a sua carreira para o fato de que os problemas ambientais “manifestam um conflito entre os interesses privados e o bem coletivo” (Guimarães, 2011 p. 22) , por meio de um referencial paradigmático que acirra a separação do homem com o meio, fazendo com que os problemas ambientais não sejam analisados de maneira crítica.

Guimarães (2011) acredita que esta visão ingênua da maioria dos educadores, presa à armadilha paradigmática, tende à reprodução de práticas educativas consolidadas, como por exemplo, a educação comportamentalista que acredita que dando ao indivíduo os conhecimentos necessários e ainda provocando nele uma sensibilização pela questão ambiental, o indivíduo pode transformar o seu comportamento incorreto e ao final se tem como resultado uma sociedade transformada. No entanto, esta prática pedagógica é bem questionável, visto que se essa prática tivesse sucesso não estaríamos vivendo numa crise ambiental ainda maior que tempos atrás.

Esta Educação Ambiental se faz conservadora pelo fato de estar presa a paradigmas desse modelo de desenvolvimento econômico que ainda foca em um processo educativo baseado nas transformações do comportamento do indivíduo.

Como forma de contrapor esse modelo de educação ambiental paradigmática que pouco contribui para a superação da crise ambiental, se difunde no Brasil e no mundo um movimento de Educação Ambiental crítica. Esta proposta de educação visa desconstruir esta visão da sociedade moderna, sendo engajada na transformação da realidade socioambiental. Para Guimarães (2011), a Educação Ambiental se torna crítica ao perceber e problematizar os antagonismos e complementariedades da realidade em suas múltiplas determinações materiais, epistemológicas, cultural, entre outras, instrumentalizando para uma prática de transformação desta realidade a partir de uma nova percepção que se reflete numa prática diferenciada, por meio de teoria e prática, ação e reflexão das práxis educativas. Por meio dessas práxis da Educação Ambiental crítica, que promove um movimento coletivo, a Educação e seus educadores podem contribuir de fato na superação desta crise ambiental na qual o mundo se encontra.

Mesmo sendo a perspectiva conservadora que norteia a maioria das práticas dos educadores, não se deve ser pessimista, pois ao potencializar as práticas destes educadores críticos, estaremos formando uma resistência a essa estrutura dominante, regenerando uma nova realidade capaz de construir um movimento de sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, o objetivo desta monografia é **identificar e analisar o conceito de natureza e as concepções que norteiam e/ou estão presentes nas atividades de Educação Ambiental realizadas em Unidades de Conservação (UCs) e/ou outros espaços de formação propostas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Campos dos Goytacazes.**

A monografia está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata dos caminhos da Educação Ambiental no âmbito internacional, a partir das Conferências Mundiais sobre o meio ambiente. O segundo capítulo discute o conceito de meio ambiente e natureza. O terceiro capítulo apresenta as diferentes concepções sobre a Educação Ambiental. Já o quarto capítulo trata sobre as Unidades de Conservação como espaços de educação. Por fim, temos as considerações da pesquisa.

## CAPÍTULO 01

### OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL

A Educação Ambiental tem uma história que se relaciona com as Conferências Mundiais e movimentos sociais em defesa do meio ambiente. Sendo assim, é importante analisarmos a trajetória e o panorama sobre esse tema no cenário internacional. Sendo assim, apresentaremos aqui uma rota sobre os principais eventos técnicos e políticos internacionais que tiveram como pauta a discussão sobre a Educação Ambiental e que influenciaram diretamente na sua institucionalização e nas concepções que orientam sua prática educativa.

Esta primeira análise sobre eventos internacionais sobre a Educação Ambiental facilitará a compreensão das discussões sobre este tema no Brasil, já que a questão ambiental não pode ser abordada apenas em sua dimensão local. Como afirma Pedrini (1997) o ambiente pode ser compartilhado por diferentes povos e nações. Como também ressalta Almeida (1990 apud Pedrini 1997) a degradação ambiental em grandes extensões no planeta vem afetando massas populacionais de todo o mundo e é de abrangência internacional. Esta autora ainda reforça que as fronteiras dos Estados Nacionais não impedem que a poluição atmosférica, poluição dos rios e mares, destruição das florestas, desertificação e erosão dos solos, etc. Nesse sentido, fica clara a necessidade de acordos e ações intergovernamentais, além do empenho do homem comum para minimizar/resolver os problemas ambientais.

Feito esta breve apresentação a seguir serão apresentados alguns dos eventos que marcaram as discussões sobre a Educação Ambiental no mundo.

#### **1.1. As Conferências Ambientais e a Discussões Sobre Educação Ambiental**

##### **1.1.1. Conferência de Roma**

Em 1968 foi realizada em Roma uma reunião de cientistas de países industrializados para se discutir o consumo, as reservas dos recursos naturais não renováveis e o aumento da população mundial (REIGOTA, 2009).

As conclusões desta Conferência deixaram nítidas a necessidade de se buscar alternativas para a conservação dos recursos naturais, controlar o crescimento populacional. Segundo, Reigota (2009) essa reunião originou o livro *Limites do crescimento* (1978), que se tornou alvo



de muitas críticas na América Latina, pois ele indicava que para conservar o padrão de consumo dos países industrializados era necessário controlar o crescimento populacional nos países pobres.

No entanto, um dos méritos do Clube de Roma foi colocar os problemas ambientais em nível planetário e, como consequência disso as Nações Unidas organizou a Conferência de Estocolmo em 1972.

Nesse mesmo ano, a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em novembro de 1945, realizou um estudo sobre a Educação Ambiental, compreendendo a mesma como tema complexo e interdisciplinar. Através desse estudo sobre a relação entre meio ambiente e escola, realizado junto a países membros, a Unesco concluiu que não se devia limitar a Educação Ambiental a uma disciplina específica no currículo escolar.

### **1.1.2. A Conferência de Estocolmo**

No ano de 1972, a Conferência de Estocolmo foi considerada o marco das Conferências Internacionais de interesse para a Educação Ambiental. Foi discutido neste evento que a Educação Ambiental deveria se basear na ciência e na tecnologia para a consciência dos problemas ambientais de modo a adequar uma mudança de conduta quanto à utilização dos recursos ambientais. E que deveria se dirigir tanto à educação formal como informal e para todas as idades.

Neste evento também foi discutido a necessidade de despertar nos indivíduos o interesse de participar ativamente na solução dos problemas ambientais do seu cotidiano. Pedrini ( 1997) defende que a Educação Ambiental teria que ser permanente, global e sustentada numa base interdisciplinar, demonstrando a dependência entre das comunidades nacionais, estimulando a solidariedade entre os povos da Terra.

Um dos princípios oriundos do documento desta Conferência afirma que os países devem utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar problemas ambientais e para o bem comum da humanidade (ESTOCOLMO, 1972).

Foi discutido também que :

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos (ESTOCOLMO, 1972 p. 5).

Pela primeira vez a Educação Ambiental foi reconhecida como essencial para solucionar os problemas ambientais internacionais, enfatizando a priorização e ordenação das necessidades básicas de sobrevivência na Terra.

Pedrini (1997) afirma que o Plano de Ação da Conferência de Estocolmo recomendou a capacitação de professores e o desenvolvimento de novos métodos e recursos instrucionais para a Educação Ambiental.

No ano de 1973, é criado nos Estados Unidos o Registro Mundial de Programas em Educação Ambiental. No Seminário de Educação Ambiental realizado em Jammi (Comissão Nacional Finlandesa para a UNESCO, 1974), foram fixados os Princípios de Educação Ambiental. Nesse evento considerou-se que a Educação Ambiental permite atingir o patamar de proteção ambiental e não deve ser encarada como um ramo científico ou uma disciplina escolar isolada, e sim como educação integral e permanente. (ESTOCOLMO, 1972)

### **1.1.3. Conferência de Belgrado**

O encontro de Belgrado contou com a participação de especialistas de 65 países, gerando o documento final conhecida como Carta de Belgrado. Foi nesse evento que foi sugerida a criação de um Programa Mundial em Educação Ambiental.

Sendo assim, a UNESCO criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) que atua em ações de Educação Ambiental em nível internacional e regional.

A carta de Belgrado definiu que a finalidade da Educação Ambiental é de formar indivíduos conscientes e preocupados com o meio ambiente e com os problemas cotidianos.

Visa também uma população que tenha conhecimento cognitivo e técnico que lhe permitam trabalhar individual e coletivamente na resolução de dificuldades atuais que a façam impedir também novos problemas.

Neste evento também foi traçado alguns objetivos para a Educação Ambiental são eles:

1. A tomada de consciência: ajudar os indivíduos e os grupos sociais a tomar consciência do ambiente global e dos seus problemas, e sensibilizá-los para estes assuntos
2. Os conhecimentos: ajudar os indivíduos e os grupos sociais a adquirir uma compreensão fundamental do ambiente global, dos problemas conexos, da importância da humanidade, da responsabilidade e do papel crítico que lhe incumbem
3. A atitude: ajudar os indivíduos e os grupos sociais, a adquirir, sistemas de valores que incluam um vivo interesse pelo ambiente e uma motivação suficientemente para participarem ativamente na prevenção e na melhoria da qualidade do ambiente.
4. As competências: ajudar os indivíduos e os grupos sociais a adquirir as competências necessárias à solução dos problemas do ambiente.
5. Capacidade de avaliação: ajudar os indivíduos e os grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de Educação Ambiental, em função de fatores ecológicos, políticos, econômicos, sociais, estéticos e educativos.
6. A participação: ajudar os indivíduos e os grupos sociais a desenvolver um sentido de responsabilidade e um sentimento de urgência, que garantam a tomada de medidas adequadas à resolução dos problemas do ambiente. (CARTA DE BELGRADO, 1975 s/p)

#### **1.1.4. Conferencia de Tblisi**

Pedrini (1997) acredita que a Conferência Internacional de Educação Ambiental de Tblisi foi a mais marcante de todas, embora governamental, vários participantes não oficiais interferiram e suas propostas e idéias foram internalizadas à sua declaração.

A segunda maior reunião promovida pela UNESCO, realizada no ano de 1977, foi a mais revolucionária, pois se trata da primeira Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental.

Na declaração oriunda deste evento constam objetivos, funções, estratégias e características e recomendações sobre a Educação Ambiental que foram sendo aperfeiçoadas em eventos recentes.

De acordo com Pedrini (1997) no final da Conferência vários países e instâncias políticas foram convidadas a incluir em suas políticas de educação conteúdos, diretrizes e atividades ambientais contextualizadas nos seus países, intensificar trabalhos de reflexão, pesquisa e

inovação em Educação Ambiental por parte de autoridades em educação, estimular os governos a promover intercâmbios de experiências, pesquisas, documentos, materiais e formação de pessoal docente qualificados entre países e fortalecer laços solidários de âmbito internacional em uma esfera de atividade que simbolize uma adequada solidariedade entre os povos com o objetivo de promover a união internacional e a causa da paz.

A Declaração de Tbilisi (1977) editou princípios norteadores da Educação Ambiental, que são:

- 1) considerar o ambiente em sua totalidade – natural, artificial, tecnológico e social (econômico, político, histórico-cultural, ético e estético);
- 2) ser um processo contínuo ao longo da vida, iniciando-se na pré-escola e prosseguindo por todos os estágios seguintes, formais e não formais;
- 3) ser interdisciplinar em sua abordagem, utilizando o conteúdo específico de cada disciplina para tornar possível uma perspectiva equilibrada e holística;
- 4) examinar as questões ambientais maiores a partir dos pontos de vista locais, nacionais, regionais, e internacionais, para que os estudantes recebam informações sobre as condições ambientais em outras áreas geográficas;
- 5) focar em questões ambientais potenciais e atuais sem descuidar a perspectiva histórica;
- 6) promover o valor e a necessidade da cooperação, local, nacional e internacional, na prevenção e solução de problemas ambientais;
- 7) explicitamente considerar os aspectos ambientais em planos para o desenvolvimento e crescimento;
- 8) capacitar estudantes a terem um papel no planejamento de suas experiências de aprendizagem e providenciar-lhes oportunidade de tomar decisões e aceitar suas consequências;
- 9) relacionar, para todas as idades, sensibilidade ambiental, conhecimentos, habilidades de solução de problemas e valores, mas com especial ênfase em sensibilidade ambiental para os aprendizes da comunidade em tenra idade;
- 10) ajudar aprendizes a descobrirem sintomas e causas reais de problemas ambientais;
- 11) enfatizar a complexidade dos problemas ambientais, e a necessidade de se desenvolver consciência crítica e habilidades de solução de problemas;
- 12) utilizar diversos ambientes de aprendizagem e uma ampla coleção de métodos educacionais, para que se possa ensinar, aprender sobre, e aprender do ambiente, com devida atenção em atividades práticas e experiências originais (ARAÚJO, 2007 s/p).

#### **1.1.5. Conferência de Moscou**

A terceira Conferência sobre Educação Ambiental aconteceu no ano de 1987 e reuniu cerca de trezentos educadores ambientais de aproximadamente cem países. Um dos objetivos desse evento foi fazer uma avaliação sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental desde a Conferência de Tbilisi em todos os países membros da UNESCO.

As prioridades estabelecidas em Moscou tinham meta de apontar um plano de ação para da década de 90. De acordo com Pedrini (1997) os principais planos de ações estabelecidos nesta

conferência são: inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, desenvolvimento de um modelo curricular, intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento de currículo, desenvolvimento de novos recursos instrucionais, promoção de avaliação de recursos, capacitar docentes e licenciados em Educação Ambiental, melhorar a qualidade das mensagens vinculadas pela mídia ao grande público, etc.

No entanto reconhecendo a necessidade de se preparar para o próximo milênio, a ONU decidiu promover uma segunda Conferência, essa que o Brasil resolveu sediar.

#### **1.1.6. Conferência do Rio de Janeiro**

A Conferência das Nações Unidas para o Meio ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) foi oficialmente denominada de “Conferência de Cúpula da Terra”, Para a recepção destas delegações foi preparada uma grande estrutura, que envolvia, por exemplo, o maior sistema de tradução simultânea de todos os tempos, com quatro transmissores de infravermelhos, 95 radiadores, 750 microfones, 90 estações para intérpretes e 5200 estações de escuta para fones. A segurança contava com 15 mil soldados, com inúmeros tanques blindados e helicópteros (COTRIM, 1993b apud OLIVEIRA, 2010).

Esta Conferência aprovou cinco acordos oficiais internacionais, são eles: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21 e os meios para a sua implementação, Declaração das Florestas, Convenção - Quadro sobre Mudanças Climáticas e Convenção sobre Diversidade Biológica. Durante este mega evento no Brasil, outro documento internacional de extrema importância foi o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado pela sociedade civil, durante o evento. Esse documento estabelece princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, interdisciplinar e diverso. Ele ainda visa estabelecer uma relação entre as políticas públicas de Educação Ambiental e a sustentabilidade, apontando princípios e um plano de ação para os educadores ambientais (SECAD, 2007).

Este Tratado foi considerado de grande relevância por ter sido elaborado no âmbito da sociedade civil e por reconhecer a Educação Ambiental como processo de político e dinâmico e em permanente construção, baseado em valores de transformação social (SECAD, 2007).

Paralelamente a Conferência do Rio de Janeiro outras reuniões aconteciam para debater a questão ambiental. No aterro do Flamengo, Organizações Não-Governamentais (ONGs), sociedade civil e movimentos sociais de diversas línguas, culturas e nacionalidades discutiram os rumos das questões ambientais no mundo.

A Educação Ambiental foi citada, apresentando os pressupostos da UNESCO como referencial a ser considerado e reforçando-os como marco teórico-metodológico para o ensino formal e informal.

Um dos principais resultados desta Conferência foi o documento da Agenda 21, que teve como objetivo preparar o mundo para os desafios do próximo século. Este documento “Reflete também um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito ao desenvolvimento e cooperação ambiental” (BRASIL, 1995 apud ARAUJO, 2007, s/p ).

Araújo (2007) destaca o capítulo 36 da Agenda 21, intitulado: “Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento”

O ensino, o aumento da consciência pública e o treinamento estão vinculados virtualmente a todas as áreas de programa da Agenda 21 e ainda mais próximas das que se referem à satisfação das necessidades básicas, fortalecimento institucional e técnica, dados e informação, ciência e papel dos principais grupos. Este capítulo formula propostas gerais, enquanto que as sugestões específicas relacionadas com as questões setoriais aparecem em outros capítulos. A Declaração e as Recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO e o PNUMA e celebrada em 1977, ofereceram os princípios fundamentais para as propostas deste documento (BRASIL, 1995 apud ARAUJO, 2007 s/ p)

### **1.1.7. Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade**

Esta Conferência foi realizada na Grécia, no ano de 1997 e também foi de grande importância para a Educação Ambiental, pois em seu documento final, afirma as recomendações e planos de ações de outras Conferências, como o da “Conferência de Belgrado” (1975), da “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental” de Tbilisi (1977), da “Conferência sobre Educação e Treinamento Ambiental” de Moscou (1987), e do “Congresso Mundial para Educação e Comunicação sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de Toronto” (1992), os quais continuam válidos e não foram totalmente explorados. Também de início reconhece que pouco progresso foi obtido desde a ECO-92 até então (ARAÚJO, 2007).

A Declaração de Thessaloniki trouxe várias recomendações como pressionar para que os líderes e chefes de Estado do mundo honrassem os compromissos já assumidos em outras Conferências das Nações Unidas, “e concedessem à educação os meios necessários para cumprir o seu papel no alcance de um mundo sustentável” (ARAÚJO, 2007, s/p).

Neste evento também ficou decidido que após dez anos, ou seja, no ano de 2007, fosse realizada uma nova Conferência, com o intuito de verificar se o que foi acordado foi realmente posto em prática pelos países participantes.

No ano de 2002 foi realizada em Johannesburgo, na África do Sul, essa conferência ficou também conhecida como Rio +10, pois tinha como objetivo avaliar os progressos das diretrizes estipuladas na Rio 92

Esta Conferência foi realizada num momento bem conturbado, pois foi logo após o atentado do dia 11 de setembro, nos Estados Unidos. No entanto, foi uma grande oportunidade para a ONU reavaliar e implementar diretrizes propostas na Rio-92, e conseqüentemente avançar nas metas e debater e elaborar estratégias comuns. Para Reigota (2009), a Rio +10 teve mérito de possibilitar que cidadãos e cidadãs africanos pudessem participar de forma ativa, com o intuito de expor suas mazelas, problemas políticos, grande número de pessoas infectadas pelo HIV, poluição da água, analfabetismo e pobreza extrema da população.

No campo das políticas ambientais, esta Conferência não teve muito sucesso, pois não teve um avanço efetivo, no que diz respeito às políticas ambientais. Reigota (2009) aponta que para alguns especialistas o fracasso da Rio + 10 está relacionado com o próprio fracasso das

Nações Unidas que é prisioneira dos interesses das grandes potências, principalmente dos Estados Unidos. No entanto, mesmo com o fracasso, a educação ambiental esteve presente nos discursos e documentos e em ações concretas de muitas pessoas de diferentes partes do mundo.

#### **1.1.8. IV Conferência Internacional para a Educação Ambiental**

Passado 30 anos da Conferência de Tbilisi em 1977, em novembro de 2007 aconteceu na Ahmedabad, na Índia, este evento que também ficou conhecido como Tbilisi +30.

Participaram deste evento 1.200 pessoas, de 78 países e aprovaram a “Declaração de Ahmedabad 2007: uma chamada para ação. Educação para a vida e a Vida pela Educação.”

O tema deste evento foi Mudanças Climáticas como desafio para a Educação Ambiental. Segundo Sorrentino, et al ( 2007 apud Tannus e Garcia,(2008), foram discutidos importantes temas como o aumento das temperaturas e o conseqüente aumento do nível dos mares e oceanos, além do perigo da vulnerabilidade das comunidades humanas às doenças transmitidas por vetores, da redução da água doce, da perda de 20% a 30% da biodiversidade com a extinção de milhões de espécies de plantas e animais. Para este autor “Evidências das mudanças climáticas geradas pela ação humana e previsão de um cenário de catástrofe ambiental, se medidas mitigadoras de seus efeitos não forem adotadas com urgência.”(SORRENTINO et all. 2007, apud TANNUS e GARCIA, 2008)

Tannus e Gracia (2008) apontam que o presidente do Grupo Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas, Rajendra Pachauri, falou Conferência Magna de abertura do evento e reafirmou a importância da formulação de políticas em educação ambiental para lidarmos com o aquecimento da Terra e as mudanças no clima.

#### **1.1.9. Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20)**

A mais recente Conferência Ambiental foi a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+ 20 realizada no ano de 2012 na cidade do Rio de Janeiro. Ficou conhecida como Rio+20 porque marcou os 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio-92).



O objetivo principal da Conferência foi a renovação do debate e do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio de avaliação do processo e das lacunas na implementação de medidas adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto. (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, 2012)

No documento oficial da Conferência, a Educação Ambiental não foi tratada de maneira clara, pois o discurso utilizado para a educação era de um sistema de ensino voltado para o desenvolvimento sustentável.

Reigota (2009) analisa que com o passar de 20 anos entre as Conferências de Estocolmo e a do Rio de Janeiro houve uma mudança na noção de meio ambiente, pois na primeira pensava-se basicamente na relação do homem com a natureza, já na segunda o enfoque é dado ao desenvolvimento sustentável, idéia que já é consolidada na Conferência de Johannesburgo e reforçada na Rio +20.

Essa mudança no discurso foi sentida também nas práticas e projetos de educação ambiental, no entanto provocou reações contrárias de alguns grupos de educadores ambientais, principalmente na América Latina.

As Conferências sobre Meio Ambiente e Educação Ambiental e algumas ONGs internacionais e a própria UNESCO demonstraram o desejo de modificar o nome da Educação Ambiental para “educação do desenvolvimento sustentável”. Essa mudança de denominação gerou polêmica entre os estudiosos do tema e foi debate e na Conferência Internacional da Unesco sobre Meio Ambiente e Educação e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, em 1997 em Thessaloki, na Grécia, e se concretiza na 10 anos depois nos 30 anos da Carta de Tbilisi, na Índia. Nesse momento, as divisões entre os estudiosos que apoiavam a mudança da denominação educação ambientais para desenvolvimento sustentável estavam mais acirradas (REIGOTA, 2009).

Realizar um levantamento sobre os eventos que marcaram o surgimento e institucionalização da educação ambiental é uma forma de ampliar o conhecimento em relação a essas propostas educativas no mundo e como ela reflete nas escolas (REIGOTA, 2009). Agora, apresentaremos uma breve revisão sobre a Educação Ambiental no Brasil.

## **1.2. Os Caminhos da Educação Ambiental no Brasil**

A primeira experiência de Educação Ambiental identificada no Brasil ocorreu durante a década de 1970, através de discussões relacionadas a este campo de saber e ação pública que adquirem caráter público em meados da década de 1980, com a realização dos primeiros encontros nacionais, com a atuação crescente de organizações ambientalistas, a incorporação da temática ambiental por outros movimentos sociais e educadores e o aumento da produção acadêmica sobre essa temática (LOUREIRO, 2008).

De acordo com a SECAD (2007) o processo de institucionalização da Educação Ambiental no governo federal brasileiro teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada à Presidência da República. Outro passo na institucionalização da Educação Ambiental foi dado em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Reforçando essa tendência, a Constituição Federal, em 1988, estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (SECAD, 2007 p. 13).

No ano de 1991, a comissão de preparação da Rio-92 considerou a Educação Ambiental como um dos instrumentos de política ambiental brasileira. Sendo assim, foram criadas duas instâncias no Poder Executivo, destinadas a lidar exclusivamente com esse aspecto: o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC, que em 1993 se transformou na Coordenação-Geral de Educação Ambiental (COEA/MEC), e a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), cujas competências institucionais foram definidas no sentido de representar um marco para a institucionalização da política de Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) (SECAD, 2007)

No ano de 1992 foi criado o Ministério do Meio Ambiente e, além disso, o IBAMA instituiu os Núcleos de Educação Ambiental em todas as suas Superintendências Estaduais com objetivo de operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental.

É válido salientar que durante a Rio 92, o MEC participou da produção da Carta Brasileira para a Educação Ambiental a qual, entre outros aspectos, reconheceu ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana. A Carta admitia ainda que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, consolidava um modelo educacional que não respondia às reais necessidades do país (SECAD, 2007).

Segundo a SECAD (2007) no ano de 1994, em função dos compromissos assumidos na Rio-92, foi criado, pela Presidência da República, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), compartilhado pelo então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O PRONEA foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA/IBAMA, responsáveis pelas ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental, embora também tenha envolvido em sua execução outras entidades públicas e privadas do país.

Em 1995, foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Já no ano de 1996, foi criado, no âmbito do MMA, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, sendo firmado um protocolo de intenções com o MEC, visando à cooperação técnica e institucional em Educação Ambiental, configurando-se num canal formal para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Além dessa ampliação nos debates e nas forças sociais envolvidas, sua importância (da Educação Ambiental) para o debate educacional se explicita na obrigatoriedade constitucional em, 1988, no primeiro Programa Nacional de Educação Ambiental, em 1994, nos parâmetros curriculares Nacionais (PCNs) lançados oficialmente em 1997, e na Lei que define a Política de Educação Ambiental – PNEA (Lei nº 9.795/1999) (SECAD, 2007).

No ano de 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), com a criação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) no MEC e da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no MMA. Em 2000, a Educação

Ambiental integra, pela segunda vez, o Plano Plurianual (2000-2003), agora na dimensão de um Programa, identificado como 0052 – Educação Ambiental, e institucionalmente vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Dois anos, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, que define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA lançando, assim, as bases para a sua execução. Este foi um passo decisivo para a realização das ações em Educação Ambiental no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infante Juvenil pelo Meio Ambiente (SECAD, 2007).

Um programa que merece destaque é o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que no ano 2004 teve sua terceira versão submetida a um processo de consulta pública, envolvendo algumas comissões dos Estados da federação.

Segundo a SECAD (2007), a Educação Ambiental do MEC atua em todos os níveis de ensino formal, mantendo ações de formação continuada por meio do programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” , como parte de uma visão sistêmica de Educação Ambiental. A Educação Ambiental passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para Carvalho (2008) a Educação Ambiental é parte de um movimento ecológico que denunciava os riscos e impactos ambientais do modo de vida das sociedades industriais modernas. Sendo assim, pode-se dizer que a Educação Ambiental é herdeira do debate ecológico e está entre as alternativas que visam construir novas maneiras da sociedade se relacionar com o meio.

O quadro a seguir ilustra as principais políticas públicas para a Educação Ambiental no Brasil.

Quadro 01 – Políticas Públicas para a Educação Ambiental no Brasil

Ano	Política Pública
1984	Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)
1988	Inclusão da EA como direito de todos e dever do Estado no capítulo de Meio Ambiente da Constituição.
1992	Criação dos Núcleos de Educação Ambiental pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação

<b>Agenda 21</b>	Reflete também um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito ao desenvolvimento e cooperação ambiental
<b>1994</b>	Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental pelo MEC e pelo Ministério de Meio Ambiente.
<b>1997</b>	Elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, definidos pelo MEC, em que o “meio ambiente” é definido como tema transversal
<b>1999</b>	Aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental pela lei 9.975.
<b>2001</b>	Implementação do Programa Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola, pelo MEC.
<b>2002</b>	Regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei. 9.975) pelo decreto 4.281
<b>2003</b>	Criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental junto com MEC e MMA.
<b>2004</b>	Reconhecimento do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) como orientador de políticas públicas de Educação Ambiental.

Fonte: Adaptado de CARVALHO (2008) e Ministério do Meio Ambiente.

Outro evento de grande importância para a Educação Ambiental foi o Fórum Global, que aconteceu paralelamente a Eco-92 no Rio de Janeiro. Nesse encontro, ONGs, ambientalistas e representantes dos movimentos sociais formularam o Tratado de Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis, que definiu o marco político para o projeto pedagógico de Educação Ambiental.

Carvalho (2008) destaca a proposta pedagógica concebida nesses acontecimentos, que no caso do Brasil, é orientada pelo Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis cujo objetivo é construir uma perspectiva interdisciplinar para compreender as questões que afetam as relações entre os grupos humanos e o seu meio, intervir nela, através de diversas áreas do conhecimento, diferentes saberes e espaços formativos, como por exemplo, os espaços não formais de educação (comunidades, associação de moradores), e, deste modo valorizar as especificidade das diferentes culturas.

A introdução da Educação Ambiental nos currículos do ensino básica, para Medina e Santos (1999) se apresenta como uma situação ímpar para a renovação educativa escolar com o intuito de promover uma educação de qualidade que responda às necessidades cognitivas, afetivas e éticas, capaz de contribuir com o desenvolvimento integral das potencialidades dos sujeitos.

Loureiro (2004) faz uma análise bem interessante e didática sobre a história da Educação Ambiental no Brasil. Este autor destaca a existência de dois grandes blocos políticos pedagógicos que se conseguiram nos últimos 30 anos e no interior dos quais se estabeleceram inúmeras tendências que conformam o seu processo de construção. Mesmo não sendo únicos e homogêneos, o autor os destaca por conta da hegemonia que tiveram tanto nas produções teóricas e acadêmicas, quanto nas articulações das redes de educadores ambientais e na definição da Política Nacional de Educação Ambiental. O primeiro bloco, é analisado por Loureiro (2004) como conservador e comportamentalista, caracterizado por propostas que implicam no reformismo superficial das relações sociais e de poder, não raramente reforçando situações de alienação e subordinação, pouca ênfase nos aspectos políticos da ação pedagógica, dicotomização das dimensões naturais e sociais, sobre valorização das soluções tecnológicas, subjetivista, que geralmente estão fundamentadas em concepções holísticas-espiritualistas e tecnicista. O outro bloco, o autor classifica como emancipatório, crítica ou transformador, é caracterizado pela politização e publicização das questões ambientais, compreendido inerentemente por questões sociais e históricas. Este modelo de Educação Ambiental se define também pela valorização da democracia e do diálogo na explicitação dos conflitos ambientais, em busca de alternativas que considerem o conhecimento científico das manifestações culturais populares e uma nova ética nas relações sociedade-natureza.

A posição que estaremos defendendo neste trabalho se refere ao segundo grupo supracitado, pois acreditamos em um processo educativo, transformador e libertador, pautado na ética, nas construções de valores, conceitos e atitudes e que possibilite o entendimento da totalidade por parte dos educandos.

### **1.3. A Educação Ambiental no Estado e na cidade do Rio de Janeiro**

A Educação Ambiental tem sido praticada por diversos atores no Estado do Rio de Janeiro, fato este que pode ser explicado por diversos trabalhos acadêmicos publicados sobre práticas educativas e capacitação profissional.

No âmbito governamental, alguns órgãos realizam ações destinadas a Educação Ambiental desde a década de 90 com a criação da Comissão Estadual de Educação Ambiental (CEAMB) pela Secretaria de Estado de Educação a qual associada a uma ONG e financiada por

uma empresa multinacional, desenvolveu um tímido programa de Educação Ambiental de capacitação de professores. Esse projeto teve abrangência em 26 municípios próximos a cidade do Rio de Janeiro capacitando nos anos de 1992 e 1993 professores de 250 escolas (PEDRINI, 1997).

De acordo com Pedrini (1997) os pressupostos teóricos dessas ações se baseavam nas orientações da UNESCO, mostrando que a CEAMB-RJ tem um “referencial de partida/chegada para as suas atividades.” No entanto, a eficácia das ações dos agentes multiplicadores (os professores) continua desconhecida.

O governo do Estado do Rio de Janeiro promoveu a Educação Ambiental através especialmente três órgãos, são eles: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA). A FEEMA foi a primeira a capacitar técnicos em Educação Ambiental do Rio de Janeiro.

Alguns especialistas afirmam que o projeto inicial da FEEMA era o seu compromisso com a Educação Ambiental com o intuito de atenuar a miserabilidade de grande parte da população fluminense. No entanto, infelizmente a Educação ambiental foi menosprezada por esse órgão.

Pedrini (1997) aponta que outros órgãos do governo estadual como a IEF e a Companhias de Águas e Esgotos (CEDAE) realizaram dois trabalhos importantes em Educação Ambiental. Segundo Carvalho et al.(1994 apud Pedrini, 1997) estes trabalhos promoveram a revegetação das encostas do Rio de Janeiro. A este trabalho também esteve associado um projeto de Educação Ambiental cujo objetivo era promover a mudança de hábitos e postura de habitantes de baixa renda nas comunidades carentes do Rio de Janeiro. A CEDAE e Secretaria Municipal de Educação trabalharam também no Complexo do Alemão, comunidade da cidade do Rio de Janeiro. Neste projeto os pesquisadores procuraram por meio de documentação fotográfica, mobilizar os moradores a refletirem sobre o seu cotidiano para que estes mesmos pudessem buscar melhorias. Porém, os trabalhos foram pontuais e não tiveram continuidade.

No ano de 2008, foram criadas a Secretaria de Estado e Educação e a Coordenação Estadual de Educação Ambiental (CEEA), ambas com o objetivo de responder a demanda de ensino da Educação Ambiental no Estado. Sendo assim, a CEEA implementa determinadas

ações na rede pública de ensino que visava proporcionar o fortalecimento do diálogo entre a escola, os alunos e a comunidade ( SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2012).

A Superintendência de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente criou também o Programa *Nas Ondas do Ambiente* com objetivo de capacitar professores e alunos do ensino médio de escolas estaduais para o uso de uma rádio visando fornecer informações de conteúdo socioambiental.

Outro projeto de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro é o *Pegada Ambiental* que teve como parceiro a NUREDAM/UERJ<sup>1</sup>. Este projeto buscou criar um instrumento de avaliação das atividades de Educação Ambiental nas unidades escolares do Estado.

Durante dois anos, os pesquisadores do projeto da UERJ fizeram um mapa da das atividades de EA realizada na rede pública de ensino. A primeira etapa consistiu em disponibilizar formulários nas escolas da rede, com o intuito de realizar um levantamento sobre as ações de Educação Ambiental que, posteriormente, foram catalogadas e avaliadas pelos pesquisadores. Já a segunda etapa buscou elaborar e entregar o Catálogo dos Saberes e Práticas de Educação Ambiental às unidades escolares, para que elas tivessem um painel demonstrativo sobre suas práticas e como elas foram avaliadas (PEDRINI,1997).

As mais recentes ações do Estado do Rio de Janeiro foi de ampliação desses projetos já existentes como o *Nas Ondas do Ambiente* que de acordo com a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, tem como objetivo, estimular o uso das tecnologias de telecomunicações como instrumento em Educação Ambiental. Nesse sentido, a educação Ambiental passou a ser mais difundida nos espaços públicos e escolares, já que esse projeto foi difundido para mais escolas do Estado, entretanto ainda não é o suficiente, pois Rio de Janeiro ainda é palco de sérios conflitos socioambientais e que a população ainda não tem conhecimento.

Neste sentido, a perspectiva de Educação Ambiental desta Secretaria consiste em promover atividades de mudanças comportamentais que não promovem sensibilização crítica nos estudantes. E como se pode constatar, as atividades não têm continuidade, prejudicando assim, o processo de ensino-aprendizagem.

---

<sup>1</sup>Núcleo de Referência em Educação Ambiental da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.



O capítulo seguinte tratará da discussão sobre os conceitos de ambiente e natureza, que em muitas análises sobre a Educação Ambiental são vistas como sinônimos. A última parte do capítulo é formada pela discussão a cerca da relação homem e natureza a qual consideramos indispensável para a concepção de Educação Ambiental que este trabalho é pautado.

## CAPITULO 02

### PROBLEMATIZANDO OS CONCEITOS DE MEIO AMBIENTE E NATUREZA PRESENTES NAS DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

São muitos os estudos sobre as questões ambientais, os impactos que os meios de produção provocam no meio ambiente, a relação homem-natureza, etc. Nesse sentido, em muitos destes estudos, termos como ambiente, natureza e meio ambiente são utilizados como sinônimos.

Sendo assim, no ponto de vista teórico, é muito importante que se tenha em mente a diferenciação deste termo para facilitar a compressão sobre as questões ambientais.

#### 2.1. O conceito de meio ambiente

Ao introduzir o debate sobre Educação Ambiental, não se pode deixar falar sobre o conceito de “meio ambiente”. É um conceito presente em diversos temas e disciplinas. As definições são as mais diversas dependendo da área de estudo do autor. Aqui apresentaremos algumas destas definições que nos ajudam a entendê-lo melhor e também a problematizá-lo. Uma das primeiras definições apresentadas por Reigota (2009) é a do geógrafo francês Pierre George, nos anos de 1970 e 1980. Pierre George, define meio ambiente basicamente fundado nos aspectos de natureza biológica, Para o autor:

ao mesmo tempo meio é um sistema de relações onde a existência e a conservação de um espécie são subordinados aos equilíbrios entre os processos destrutores e regeneradores e seu meio – o meio ambiente é conjunto de dados fixos e de equilíbrios de forças concorrentes que condicionam a vida de um grupo biológico.(PIERRE GEORGE, 1980 apud REIGOTA, 2009p. 34)

Em outra linha de abordagem Leff (2010) destaca que a emergência de novos fenômenos físicos e sociais que ultrapassam a capacidade de conhecimento e dos efeitos previsíveis pelos paradigmas da disciplina tradicionais e que escapam de seu controle por meio dos mecanismos de mercado provocou o surgimento de uma noção de ambiente associada à degradação dos ecossistemas, poluição, lançamentos de dejetos, superexploração dos recursos naturais e à desigualdade na distribuição dos custos ecológicos do desenvolvimento. Essa noção de meio ambiente apresentada por Leff (2010) é gerada pelas externalidades do processo econômico não

estando alheia à conceituação do meio que se produziu com a constituição das ciências e das disciplinas cuja intervenção se exige agora para resolver os problemas ambientais.

O meio ambiente também possui um sentido ideológico que segundo o autor está relacionado com a especificidade das ciências e dos conflitos sociais na transparência das práticas interdisciplinares e do planejamento ambiental do desenvolvimento. No entanto, essa noção de meio, ressurge também de seu “espaço de exclusão” como um conceito relativo e contextual ao processo de complementariedade e articulação das ciências, cobrando um sentido estratégico no processo político de supressão das “externalidades do desenvolvimento”, que são a exploração econômica da natureza, a degradação ambiental, a desigualdade na distribuição social dos custos ecológicos, etc, os quais persistem apesar da possível ecologização dos processos produtivos (LEFF, 2010)

Reigota (2009) define como meio ambiente um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relação dinâmica e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos, políticos de transformação de natureza e sociedade.

É possível perceber que esta definição de meio ambiente pode ser considerada socioambiental uma vez que leva em conta os aspectos naturais e físicos e também as relações sociais, culturais, históricas como elementos envolvidos (SILVA, 2009).

## **2.2. Conceito de Natureza**

Sem perceber, no cotidiano, as pessoas utilizam de uma série de expressões que trazem no seu bojo a concepção de natureza predominante na sociedade. Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja natureza. Para Gonçalves (2011) o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens.

No entanto, para a nossa sociedade, a natureza se define como algo que se opõe à cultura. A cultura é a tomada como algo superior capaz de controlar e dominar a natureza.

Gonçalves (2011) acredita que a expressão “dominar a natureza” só tem sentido a partir da premissa de que o homem não é natureza. Em nossa sociedade, a natureza é um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, mesmo ciente que são poucos os homens que se apropriam da natureza. A maioria dos outros homens, não passa de um objeto que pode ser descartado.

Nesse sentido, pode-se perceber que o conceito de natureza se constitui a partir das relações sociais cotidianas. Pois, em sociedade, toda cultura, cria um determinado conceito de natureza, ao mesmo tempo em que cria e institui a suas relações sociais. No interior destas relações sociais, está embutida uma determinada concepção de natureza.

Gonçalves (2011) aponta dois aspectos da filosofia cartesiana que marca a sociedade e que influenciam a concepção de educação ambiental na atualidade.

- I. O caráter paradigmático que o conhecimento adquire, sendo assim, o cartesianismo vê a natureza como recurso.
- II. O antropocentrismo, sob esta perspectiva, o homem passa a ser o centro do mundo, sujeito em oposição ao objeto, a natureza. O homem, instrumentalizado pelo método científico, pode compreender os mistérios da natureza e , assim, se tornar o seu possuidor.

O século XIX foi o triunfo do mundo paradigmático, com a ciência e a técnica ganhando um significado importante na vida dos homens. E a natureza, cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado. A natureza passa a ser objeto da Química, Física e Biologia. O homem em Economia, Sociologia, Antropologia, História, etc. Não obstante, qualquer tentativa de pensar o homem e natureza de forma orgânica e integrada torna-se mais difícil (GONÇALVES, 2011).

A idéia de natureza exterior ao homem pressupõe uma idéia de homem não natural e fora da natureza que cristaliza-se a partir de uma civilização industrial criada pelo sistema capitalista.

Corroboramos com os argumentos de Gonçalves de que o conceito de natureza se dá pelo fato de que toda a sociedade cria um determinado conceito de natureza, ao mesmo tempo em que institui suas relações sociais. Gonçalves (2011) aponta também como a natureza e a cultura se condicionam reciprocamente. Esta idéia também remete a reflexão de que é o de considerar que o conceito de natureza como um conceito chave de cada cultura, pois através dele é possível compreendermos as relações sociais que a caracterizam (GONÇALVES, 2011).

Os debates sobre a definição do conceito relacionados ao meio ambiente e a natureza estão longe de se encerrar como em vários conceitos das ciências humanas. E, isso demonstra a variedade das concepções que fundamentam estes conceitos pelas diversas áreas do conhecimento. Reigota (2009) também considera ser importante considerar que estas definições

são variadas, devido ao fato dela estar relacionada com a diversidade cultural e étnica, que também é muito importante considerando que as definições são influenciadas pelos interesses, convicções conhecimentos científicos, políticos, filosóficos, profissionais, religiosos, entre outros.

Nesse sentido, o educador que vai realizar a Educação Ambiental deve ter clareza das concepções que norteiam sua prática pedagógica e as implicações que elas têm sobre seu fazer pedagógico. Pois, o processo pedagógico da Educação Ambiental crítica, destaca a necessidade de se dialogar com as diferentes concepções de ambiente, para que juntos possam construir uma definição que seja mais adequada à realidade dos grupos envolvidos. A Educação Ambiental crítica possui como objetivo oferecer possibilidades para que o sujeito seja capaz de “ler” o seu ambiente e interpretar as relações, os conflitos e os problemas existentes (CARVALHO, 2012).

A partir das explicitações desses importantes conceitos para compressão da Educação Ambiental passaremos a problematizar a seguir a relação do homem com a natureza. Muitos discursos sobre este tema por vezes dão a impressão que estes são antagônicos não podendo um deles sobreviver se o outro não morrer. Nos últimos anos a solução encontrada para esse conflito foi o tão conhecido debate sobre o Desenvolvimento Sustentável. Este conceito, a princípio mostrou-se uma chave teórica interessante, até que “ressurge” a dicotomia do debate entre “o desenvolvimento econômico” e os que estão “do lado da natureza”. Como afirmam Charlot e Silva enquanto não se vencer essa oposição (antagonismo) será ilusório e impossível construir uma sociedade sustentável com o pensamento ecológico. (CHARLOT e SILVA, 2005).

### **2.3. Relação Homem x Natureza**

Para se analisar a relação homem x natureza, não se pode deixar de considerar o início da história humana, que se deve a partir de bases naturais e de sua modificação pela ação humana ao longo da história.

Para Charlot e Silva (2005) o homem não vive mais em uma natureza original, e sim em uma natureza transformada por sua ação e modificada pela história, pois a natureza que antecede a história humana de nossos dias não existe mais em lugar algum, ou seja, “o homem se encontra sempre diante de uma natureza que é histórica e de uma história que é natural” (CHARLOT e SILVA, 2005, p.66). A história do homem é natural, porque ao longo de sua existência ele transformou a natureza. E a natureza é histórica, porque o que chamamos de

natureza não é uma natureza original e, sim resultado de uma ação histórica dos homens sobre a natureza.

Esses autores elucidam bem que não se pode pensar a natureza nem o próprio homem sem pensar a ação humana na sobre a natureza. A ação humana sobre a natureza é uma ação coletiva – “portanto, na natureza, tal como nos aparece em uma dada época, pode-se ler as formas de organização sociais do homem, sendo as relações com a natureza condicionadas pelas formas de organizações sociais do homem e vice-” (Charlot e Silva, 2005, p.67). Deste modo não se pode pensar separadamente a natureza, a cultura, a organização social e o tipo de individuo que existe em um dado momento da história.

Seria impossível neste trabalho reconstruir a história da relação do homem com a natureza. No entanto, iremos ressaltar alguns momentos importantes desta história.

O homem sempre soube a respeito da natureza e de alguma forma já tinha algum conhecimento sobre esta, e com isso já começa a humanizá-la, exemplo disso são as divindades associadas à natureza e a poderes sobrenaturais, tais como aqueles que podem ser observados tanto entre os gregos como no candomblé. Como nos informa Lenoble (1969) “na tentativa de dominar e humanizar a natureza toma nos gregos uma forma filosófica: A natureza de Platão e de Aristóteles é uma natureza feita para o homem e pelo homem (...) é totalmente organizada para tranquilidade e o bem – estar da alma“ (LENOBLE, 1969 apud CHARLOT e SILVA, 2005 p.67).

Com o passar o tempo, a tentativa de humanização da natureza é feita de pela técnica, sempre sustentada com a ideia de progresso.

De acordo com Guimarães (2011) se analisarmos o mundo desde a época moderna já se percebe este tipo de visão de mundo se constituindo, visão esta na qual o homem não se vê como parte da natureza e sim como seu dominador. Esse sentimento nos leva, na atualidade, a uma noção de não pertencimento ao meio. Nesta perspectiva de visão etnocêntrica européia se classificava como primitivo os povos que viviam mais próximos da natureza, como os índios. Já os ditos civilizados eram aqueles que não dependiam da natureza, mas sim que a dominavam e a exploravam segundo os interesses econômicos dessa sociedade (GUIMARÃES, 2011).

Para Charlot e Silva (2005), a natureza não é mais uma potência benfeitora ou, ao contrário, uma ameaça perigosa que rege o destino do homem, mas uma grande mecânica – nos séculos XVII e XVIII- da qual o homem pode ter conhecimento das suas leis, escrita, matemática e da qual pode se tornar um mestre e possuidor. É a partir desse pensamento de externalidade homem e natureza que está embasado o pensamento cartesiano, a intensa luta entre a natureza e o homem.

A natureza sempre se transforma. Na forma que conhecemos em cada época, a natureza é resultado de uma ação coletiva de transformação do mundo pelos homens, pelos seus desejos, aspirações e dominação.

Segundo Gonçalves (2011) um dos problemas do pensamento ecológico é o tratamento dado ao homem. É muito comum se ouvir a frase: “O homem está destruindo a natureza!”, ao mesmo tempo em que se coloca o exemplo de comunidades indígenas como modelo e paradigma da relação sociedade-natureza. Do ponto de vista biológico, estamos falando do mesmo homem. No entanto, os povos indígenas possuem diferentes relações sociais e culturais, em relação à sociedade urbana-capitalista. Segundo Gonçalves, “sendo assim, não são homens de categoria genérica que estão destruindo a natureza, mas sim homens sob determinadas formas de organização social, no seio de outra cultura” (GONÇALVES, 2011 p.75).

A tradicional dicotomia entre o homem e natureza que se conformou como o saber da sociedade ocidental volta a ser questionada, pois a questão ambiental atual parece exigir um novo paradigma em que a natureza e a cultura não estejam separadas.

Para Gonçalves (2011), há um verdadeiro divisor de águas entre os ecologistas, pois existe uma corrente que considera a vida num sentido estritamente biológico, em que não há problema quanto à forma de preservação, desde que seja feita com eficácia. Entretanto existem outros autores, que acreditam que o desenvolvimento da vida em toda a sua plenitude exige um terreno onde os homens livremente possam definir seus destinos e a inexistência de condição impede o desabrochar inerente à vida humana que é negado em nome de uma vida puramente vegetativa, biológica.

Ora são estas concepções de meio ambiente, natureza e a da relação natureza e sociedade que orientam os saberes e práticas ambientais dos educadores. No capítulo seguinte trataremos

também das noções e conceitos que orientam a Educação Ambiental e suas implicações no saber fazer pedagógico.



## CAPÍTULO 03

### OS DIVERSOS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Novas denominações foram dadas a Educação Ambiental, sobretudo a partir do final da década de 80 e início de 90 do século passado. Neste capítulo, procuraremos apresentar alguns conceitos de Educação Ambiental, a partir de e baseados na análise de duas autoras Lucy Sauvé<sup>2</sup> e da Maria Ivete S. Almeida.<sup>3</sup>

Estes conceitos caracterizam o início de uma nova fase, a da necessidade de diferenciação interna, com demarcação de estratégias mais eficazes para atingir resultados, os quais nem sempre são palpáveis, como é o caso do processo educativo. A canadense Lucy Sauvé (2005) discute a diversidade das correntes da Educação Ambiental. Para esta autora, a noção de corrente refere-se a uma maneira geral de conceber e de se praticar a Educação Ambiental. Sendo assim, pode se incorporar, a uma mesma corrente, uma pluralidade e uma diversidade de proposições. Por outro lado, uma mesma proposição pode corresponder a duas ou três correntes diferentes, de acordo com o ângulo que é analisado. Mesmo que cada uma das correntes apresente um conjunto de características específicas que a distingue uma das outras, as correntes não são, no entanto, mutuamente excludentes em todos os planos, ou seja, certas correntes compartilham características comuns.

Sauvé (2005) analisa 15 correntes de educação ambiental, algumas consideradas pioneiras, pois foram dominantes durante a década de 1970 e 1980 e outras estão relacionadas às preocupações mais recentes. Esta autora divide as correntes em dois grupos, as correntes tradicionais e as correntes mais recentes, são elas:

---

<sup>2</sup> SAUVÈ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005,

<sup>3</sup> ALMEIDA, M. I. S. A **Emergência da Educação Ambiental no Cenário Mundial: Evolução dos conceitos e Concepções da Educação Ambiental**. Boletim Goiano de Geografia, v. v.20, p. p:1-p:192, 2000.

## Quadro 02 - Correntes de Educação Ambiental

Correntes Tradicionais	Correntes mais recentes
Naturalista	Holística
Conservacionista /Recursista	Biorregionalista
Resolutiva	Prática
Sistêmica	Crítica
Científicas	Feminista
Humanista	Etnográfica
Moral e ética	Da ecoeducação
	Da sustentabilidade

Fonte: Elaborado a partir de Sauv  (2005).

A seguir são detalhadas as seguintes correntes: Naturalista, Conservacionista/Recursista, Resolutiva, Sist mica, Científicas, Humanista, Moral e  tica, Holística, Prática, Crítica, Etnográfica e da Sustentabilidade.

### 3.1. Correntes de Educa o Ambiental

#### 3.1.1. Corrente Naturalista

Esta corrente   centrada na rela o com a natureza.   uma corrente muito antiga e considerada um movimento de “educa o para o meio natural” e as certas proposi es de “educa o ao ar livre”.

Para Sauv  (2005), as proposi es da corrente naturalista reconhecem o valor intrínseco da natureza que vai além dos recursos que ela proporciona e do saber que dela pode se obter.

O modelo de interven o desta corrente, desenvolvido pelo Steve Van Matre (1990 apud Sauv  2005)   o modelo t pico da corrente naturalista onde este tipo de educa o   apresentada como soluço para os problemas. Van Matre criou um Instituto de Educa o para a Terra, cujo programa educativo teve como objetivo convidar as pessoas a viverem uma experiência cognitiva e afetiva em um meio natural, explorando o enfoque experi ncial, a pedagogia do jogo e o atrativo de se colocar em situa es mágicas e misteriosas, a fim de adquirir uma

compreensão dos fenômenos ecológicos e de criar algum vínculo com a natureza. Darlena Clover et all (2000 apud Sauvé 2005) fala sobre a importância de se considerar a natureza com educadora e como um meio de aprendizagem, uma vez que, esta autora considera que a educação ao ar livre é uns dos meios eficazes para aprender sobre o mundo natural e para fazer compreender os direitos inerentes da natureza a existir por ela mesma; e, que o lugar ou o papel do ser humana se define apenas pela ética.

### **3.1.2. Corrente Conservacionista/Recursista**

Nesta corrente as concepções estão centradas na conservação dos recursos, tanto no que diz respeito a sua qualidade, como na quantidade. Quando se fala de conservação da natureza, sobretudo da biodiversidade, se fala de uma natureza- recurso.

Os programas de Educação Ambiental centrados nos 3R 's da Redução, Reutilização e Reciclagem, ou naqueles centrados na preocupação de gestão ambiental (água, lixo, energia, por exemplo) se associam à corrente conservacionista / Recursista. De acordo com Sauvé “encontra-se aqui imperativos de ação: comportamentos individuais, projetos coletivos. Recentemente, a educação para o consumo, integrou mais explicitamente uma preocupação ambiental da conservação de recursos, associada a uma preocupação de equidade social” (SAUVÈ, 2005, p. 20).

### **3.1.3. Corrente Resolutiva**

Esta corrente surgiu nos princípios dos anos de 1970, quando foi revelada a amplitude, a gravidade e aceleração dos problemas ambientais. Esta corrente adota a visão central de Educação Ambiental proposta pela UNESCO, que possui como objetivos informar ou desenvolver habilidades voltadas a resolver os problemas ambientais. Como no caso da corrente Conservacionista/Recursista, a qual a Corrente Resolutiva está frequentemente associada, encontra-se aqui um imperativo de ação voltada para a modificação de comportamentos ou para projetos coletivos.

Para os estudiosos que defendem este corrente, os modelos pedagógicos devem estar centrados no desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas, ou seja, a Educação Ambiental deve estar centrada no estudo de problemáticas ambientais, com seus componentes

sociais e biofísicos, a partir da identificação da situação-problema, pesquisa desta situação, diagnósticos e soluções. A implementação das soluções não está incluída nesta preposição.

### **3.1.4. Corrente Sistêmica**

O enfoque sistêmico permite conhecer e compreender adequadamente as realidades e as problemáticas ambientais. A análise sistêmica possibilita identificar os diferentes componentes de um sistema ambiental e salientar as relações entre seus componentes, como as relações entre os elementos biofísicos e sociais de uma situação ambiental. Para Sauv  (2005), esta análise   uma etapa essencial que autoriza obter em seguida uma visão de conjuntos correspondente a uma síntese da realidade apreendida.

A corrente sistêmica apóia-se nas contribui es da ecologia, das ciências biológicas que teve auge nos anos de 1970 e, cujos conceitos e princípios inspiraram o campo da ecologia humana.

Israel, Shoshana Keiny e Moshe Shashack (1987, apud Sauv , 2005) desenvolveram um modelo pedagógico centrado no enfoque sist mico que consiste na saída de campo que favorece a observa o de uma realidade ou fen meno ambiental e a análise de seus componentes e rela es, a fim de desenvolver um modelo sist mico que permite chegar a uma compreensão global da problemática ambiental. Essa visão do conjunto permite identificar e escolher solu es mais apropriadas.

Nesse sentido, o estudo de um determinado meio ambiente, leva   identifica o dos seguintes aspectos: os elementos do sistema, quer dizer, dos atores e fatores aparentemente responsáveis por um estado ( ou por mudança de estado), as intera es entre estes elementos, estruturas nas quais os fatores ( ou seres) interv m, regras e leis que regem a vida destes elementos. Em segundo lugar, trata-se de compreender as rela es entre estes diversos elementos e de identificar as rela es casuais entre os acontecimentos das situa es observadas. Sendo assim, a partir da compreensão do sistema, podem-se buscar solu es menos prejudiciais ou mais desejáveis ao meio ambiente (SAUV , 2005).

### **3.1.5. Corrente Científica**

Esta corrente de Educa o Ambiental d  ênfase ao processo científico, com o intuito de analisar as realidades e problemáticas ambientais para compreendê-las melhor, identificando as rela es de causa e efeito. Deste modo “ o processo está centrado na indu o de hipóteses a partir de observa es e na verifica o de hipóteses por meio de novas observa es ou experimenta es”. (SAUV , 2005 p.23) A Educa o Ambiental nesta corrente, esta associada ao

desenvolvimento de conhecimento e habilidade relativa à ciência do meio ambiente, do campo de pesquisa interdisciplinar para o transdisciplinar (SAUVÉ, 2005).

As idéias associadas a este campo estão relacionadas com autores e pedagogos que se interessam pela Educação Ambiental, a partir de preocupações do âmbito das ciências naturais.

Sauvé (2005) cita Louis Goffin et al.(1985) para ilustrar o tipo de caminho pedagógico adotado por esta corrente. Louis Goffin e outros autores propõem um modelo pedagógico baseado em uma sequência, que integra as etapas de um processo científico: exploração do meio, observação de fenômenos e a criação de hipóteses, verificação de hipóteses, concepção de um projeto para resolver um problema ou melhorar uma situação.

### **3.1.6. Corrente Humanista**

Nesta corrente, se dá ênfase a dimensão humana do meio ambiente que é constituído a partir da interseção da natureza e cultura, pois segundo esta corrente o meio ambiente não é somente composto como um conjunto de elementos biofísicos, ao contrário, ele corresponde a um meio de vida, com suas dimensões históricas, culturais, políticas, econômicas, etc. O meio ambiente não pode ser abordado sem se levar em consideração o seu significado, o seu valor simbólico.

Sauvé (2005) aponta que a porta de entrada para compreender o meio ambiente, a partir desta corrente, é a paisagem, pois ela é constantemente modelada pela ação humana, e ao mesmo tempo informa a evolução dos sistemas naturais que a compõem e das populações humanas que se estabeleceram. Esta análise é, na maioria dos casos, a preferida pelos educadores que se interessam pela Educação Ambiental, sob viés da Geografia e de outras ciências humanas. Vejamos o que dizem Bernard Deham e Josette Oberlinkels (1994 apud Sauvé 2005) sobre esta corrente. Estes autores

propõem um modelo de intervenção típico da corrente humanista, que convida a explorar o meio ambiente como meio de vida e construir uma representação deste último. A sequência é a seguinte: uma exploração do meio de vida por meio de estratégias de itinerário, de leitura de paisagem, de observações livres e dirigidas, etc., que recorrem ao enfoque cognitivo, sensorial e afetivo; um exame comum das observações e perguntas que se fizeram; a criação de um projeto de pesquisa que busque compreender melhor um aspecto particular ou uma realidade específica do meio de vida; a fase de pesquisa como tal, aproveitando os recursos que são do próprio meio ( a observar novamente) as pessoas do meio (para interrogar), os documentos (impressos, informes, monografias, etc., para consultar) e o saber do grupo: os conhecimentos e os talentos de cada um são aproveitados; a comunicação dos resultados; (...) a avaliação (contínua e ao fim do percurso; criação de novos projetos. Segundos os autores, conhecer melhor o meio ambiente permite se relacionar melhor, e finalmente, estar em

melhores condições para intervir melhor: a primeira etapa é a de construir uma representação coletiva mais rica possível do meio estudado. (SAUVÉ, 2005, p. 25 e 26)

### **3.1.7. Corrente Moral/Ética**

Para muitos educadores, a ética é considerada o elemento fundamental para a relação com o ambiente. Esta corrente é baseada a partir de um conjunto de valores, mais ou menos conscientes e coerentes entre eles. Nesse sentido, diversas proposições de Educação Ambiental enfatizam o desenvolvimento de valores ambientais. De acordo com Sauv  (2005), alguns autores desta corrente propoem a ado o de uma “moral” ambiental, sugerindo um código de comportamento socialmente desejável, mas, fundamentalmente ainda, pode se tratar de desenvolver uma verdadeira “competência  tica” e de construir seu próprio sistema de valores. A autora ainda ressalta que   necessário saber analisar os valores dos protagonistas de uma situa o e esclarecer seus próprios valores em rela o a sua própria maneira de atuar.

Sauv  (2005) cita o modelo pedagógico desenvolvido por Louis Iozzi (1987) que aponta para o desenvolvimento moral dos alunos, em vínculo com o desenvolvimento do raciocínio sociocient fico. Este modelo favorece a confronta o em situa es morais que levam a fazer as suas escolhas e a justificá-las, pois o desenvolvimento moral opera em diversas situa es, por meio do “conflito moral”, do confronto, às vezes difícil, com a posi o do outro. Sendo assim, a estratégia do “dilema moral”   proposta na seguinte sequência: apresenta o de um caso; análise desta situa o, com seus componentes sociais, científicos e morais; a escolha de uma soluço; argumenta o sobre essa escolha e, por fim o estabelecimento de rela o com seu próprio sistema de referência  tica.

### **3.1.8. Corrente Holística**

A corrente holística não associa proposi es necessariamente homog neas como às outras correntes. Algumas proposi es, por exemplo, estão mais centradas em preocupa es pedagógicas, outras pautadas nas visões de mundo, em que todas estão relacionadas entre si, o que leva a um conhecimento orgânico do mundo e um atuar participativo com o ambiente. No entanto, de acordo com alguns educadores que se inserem nesta corrente, o enfoque   exclusivamente analítico e racional das realidades ambientais.   preciso levar em considera o não apenas o conjunto das múltiplas dimensões das realidades socioambientais, mas também as

diversas dimensões da pessoa quem entra em relação com estas realidades, da globalidade e da complexidade de seu “ser no mundo”.

Sauvé (2005) discute o enfoque orgânico das realidades ambientais proposto por Nigel Hoffmann (1994), no qual se devem abordar as realidades ambientais de maneira diferente daquelas que contribuíram para a deteriorização do meio ambiente. O processo de investigação não consiste apenas em conhecer as coisas a partir do exterior, para explicá-las, mas origina-se de uma desejo de preservar o seu ser essencial permitindo-lhes revelar-se com sua própria linguagem. Acredita-se que se deve aprender a se comprometer com a natureza, com os seres, com os fenômenos para que a atividade criativa (técnica, artística, artesanal, agrícola) associe-se com a natureza, pois assim se consegue escutar a linguagem das coisas e aprende-se a trabalhar de criativamente em colaboração com as forças criativas do meio ambiente.

### **3.1.9. Corrente Prática**

A ênfase desta corrente está na aprendizagem da ação, pela ação e melhora desta. O processo da corrente prática é o da pesquisa-ação, cujo objetivo essencial é o de operar uma mudança em um meio (nas pessoas e ambiente) e cuja dinâmica é participativa envolvendo diferentes atores de uma situação. As mudanças podem ser de caráter socioambiental ou ambiental (SAUVÉ, 2005).

Sauvé (2005) cita um modelo pedagógico desenvolvido por William Stapp et al (1988), que ilustra bem a corrente prática: *a pesquisa-ação para a resolução de problemas comunitários*. Trata-se basicamente de empreender um processo participativo para resolver um problema socioambiental percebido no meio. Neste sentido, neste modelo pedagógico, além do processo habitual de resolução de problemas, trata-se de integrar uma reflexão constante sobre o projeto de ação que está sendo empreendido. Não consiste, portanto de saber tudo antes da ação, mas de aceitar e aprender na ação e de ir reajustando-a. Aprende-se também sobre si mesmo e a trabalhar em equipe.

### **3.1.10. Corrente Crítica Social**

A corrente prática é muitas vezes associada à corrente crítica, esta última se inspira no campo da teoria crítica que foi inicialmente desenvolvida nas ciências sociais e que integrou o



campo da educação, para finalmente integrar o campo da Educação Ambiental em 1980 (ROBOTTOM e HART, 1993 apud SAUVÉ, 2005).

Esta corrente possui como objetivo analisar as dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais, ou seja, na análise das intenções, as posições, argumentos, valores explícitos ou implícitos, ações dos diferentes protagonistas de uma situação.

Para Sauv  (2005) esta postura crítica com um componente político aponta para a transforma o da realidade. Não se trata se uma crítica estéril da pesquisa, mas no curso dela emergem projetos de a o em uma perspectiva de emancipa o, de liberta o das aliena es. Trata-se uma perspectiva corajosa, porque ela se inicia no confronto contra si mesmo (seus fundamentos, atua o) e porque implica no questionamento dos lugares comuns e correntes dominantes.

O modelo de interven o proposto nesta corrente   o de Alberto Alzate Pati o (1994, apud Sauv  2005), da Universidade de Córdoba (Col mbia), que compreende numerosos elementos da corrente biorregional e que se relaciona com a corrente crítica social, pois está centrada numa pedagogia de projetos interdisciplinares que aponta para o desenvolvimento do saber-a o, para a resolu o dos problemas locais e o seu desenvolvimento.   baseado na contextualiza o dos temas tratados e na importância dos diálogos de saberes científicos, cotidianos, experienciais e tradicionais.   preciso confrontar todos esses saberes, pois nada   definitivo, e abordar um dos diferentes discursos com um enfoque crítico para esclarecer a a o. Esta última deve se apoiar em um referencial teórico e gerar elementos para o enriquecimento progressivo de uma teoria da a o.

### **3.1.11. Corrente etnográfica**

Esta corrente valoriza o caráter cultural da rela o com o meio ambiente, pois a Educa o Ambiental não deve impor uma visão de mundo, e sim levar em conta a cultura das popula es ou comunidades envolvidas.

A corrente etnográfica propõem não somente adaptar a pedagogia às diferentes realidades culturais, mais sim, de inspirar nas pedagogias de diversas culturas que se têm a rela o com a natureza (SAUV , 2005).

Sauvé (2005) aponta como exemplo de modelo pedagógico desta corrente, o de Michael J, Caduto e Joseph Bruchac (1988). Este modelo é intitulado “*Os guardiões da Terra*”, e é centrado na utilização de contos ameríndios, com o objetivo de desenvolver uma compreensão e uma apreciação da Terra para adotar um atuar responsável em relação ao meio ambiente e as populações humanas que fazem parte dele. Privilegia uma relação com a natureza fundada na pertença e não no controle. Sendo assim, a criança aprende que ela mesma é parte do meio ambiente, frente a qual desenvolve um sentimento de empatia.

### **3.1.12. Corrente da Sustentabilidade**

O conceito de desenvolvimento sustentável foi consagrado em meados dos anos de 1980 e foi pouco a pouco penetrando no movimento de Educação Ambiental e, logo se impôs como uma perspectiva dominante. Segundo os defensores desta corrente, a Educação Ambiental até então estaria limitada a um enfoque naturalista e não integraria as preocupações sociais, em particular as considerações econômicas no tratamento da problemática ambiental, daí a necessidade de uma Educação Ambiental voltada para o desenvolvimento sustentável (SAUVÉ, 2005).

Sauvé (2005) elucida que a corrente desenvolvimentista, como as correntes anteriores, não é monolítica, ela integra diversas concepções e práticas. Vale ressaltar que esta corrente está relacionada às práticas da sustentabilidade ou da viabilidade. A sustentabilidade está associada a uma visão enriquecida do desenvolvimento sustentável, menos economicista, na qual a preocupação com a sustentabilidade da vida não está relegada a um segundo plano. Nesse sentido, a educação para o desenvolvimento sustentável é considerada uma estratégia importante para transformar os modos de produção e de consumo, processo base da economia da sociedade.

A partir da sistematização das correntes da Educação Ambiental apresentadas pode-se afirmar que cada corrente se distingue, por características particulares, mas que podem ser observadas determinadas zonas de convergências. No entanto, a análise dos modelos pedagógicos demonstra que estas integram características de duas ou mais correntes. Ainda nesta direção de problematização da Educação Ambiental se discutirá a seguir duas concepções de Educação Ambiental propostas por Almeida (2000).

Almeida (2000) destaca duas concepções sobre a Educação Ambiental, a preservacionista e socioambiental. Na Educação Ambiental Ecológica e Preservacionista, a natureza é vista como algo supremo, a sociedade possui uma visão individualista que abstrai uma análise histórica,

como métodos extraídos da biologia. Os preservacionistas não realizam uma análise socioeconômica das causas dos problemas ambientais, nesse sentido, a Educação Ambiental se confunde com o ensino em ecologia.

Já na concepção socioambiental o meio ambiente é construído no processo histórico das interrelações entre a sociedade e a natureza, em que se reconhece e se valoriza a cultura. Dá-se ênfase às inter-relações da sociedade-natureza e se responsabiliza o modelo de desenvolvimento pelo esgotamento dos recursos naturais e pela exploração humana. Almeida (2000) ainda assinala que esta vertente não postula uma teoria explícita do conhecimento, mas destaca o papel fundamental da interdisciplinaridade em nível das ciências. Utiliza-se do trabalho em equipe como principal instrumento para a construção de objetivos cognitivos, éticos e afetivos.

Já, Crespo (1998 apud Almeida, 2000) faz uma análise sobre três concepções de Educação Ambiental, são elas: Educação Ambiental voltada para a mudança de comportamento, Educação Ambiental voltada para a mudança de sensibilidade e Educação Ambiental voltada para a sustentabilidade.

### **3.1.13. Educação Ambiental voltada para a Mudança de Comportamento**

É considerada uma educação de resultados praticada por agências governamentais, empresas e por escolas em que o modelo tecnicista prevalece. Almeida (2000) afirma que esta educação está sendo praticada de modo associado à chamada Educação para a Cidadania, em que as questões ambientais, aparecem como componente da cultura de direito e deveres do cidadão e os problemas ambientais que são apresentados se referem, sobretudo as comunidades urbanas.

É muito comum perceber estes discursos desse tipo de Educação Ambiental na mídia, que de acordo com o Gonçalves (2004), muitas vezes são bem intencionado, mas manipulado sabiamente, convidando a população para cuidar do lixo, ou de uma espécie ameaçada ou ainda para reduzir o consumo. Não que estas ações não sejam importantes, elas são, no entanto, são muito pontuais e não abrange o conteúdo ético, político e filosófico da questão ambiental.

### **3.1.14 .Educação Ambiental voltada para a Mudança de Sensibilidade**

Nesta vertente, a conscientização é considerada um processo que passa pela construção de uma sensibilidade, é inspirada na pedagogia de Paulo Freire, em que a conscientização não vai

alterar a condição de vida das pessoas, mas ela é considerada como ponto de partida para que o aluno construa a sua cidadania a partir de luta.

O exercício da cidadania e o desenvolvimento de uma consciência ambiental são pontos importantes para a formação de pessoas capazes de criar e ampliar espaços de participação nos processos de tomada de decisão dos problemas socioambientais. (ALMEIDA, 2000).

Sendo assim, a Educação Ambiental, se mostra como um importante meio para uma reivindicação legítima e um processo contínuo de conhecimentos para o exercício da cidadania, pois o cidadão irá ser capaz de realizar uma leitura crítica da realidade na qual está inserida.

### **3.1.15. Educação Ambiental voltada para a Sustentabilidade**

A sustentabilidade se traduz por uma adequação entre as exigências ambientais e a necessidade de desenvolvimento. Ela tenta comportar a difícil tarefa de reconciliar e tomar decisões sobre reivindicações que se contradizem e de avançar para um desenvolvimento que seja ecologicamente racional (ALMEIDA,2000).

Como já foi citado neste trabalho, desde 1997, na Conferência Internacional da Unesco sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade, na Grécia, já se discutia uma educação voltada para a sustentabilidade

Para Pedrini (1997), a racionalidade ecológica para o desenvolvimento sustentável é pura retórica, pois não foi percebida nenhuma mudança no modelo econômico vigente. Os países que possuem uma economia forte e os em desenvolvimento continuam consumindo de maneira exacerbada. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser urgentemente reformulado.

A partir desta análise sobre as diferentes concepções e vertentes da Educação Ambiental, acreditamos que a corrente mais pertinente e a que se deve ser trabalhada no âmbito educacional é a Educação Ambiental de vertente socioambiental. O próximo item discutirá mais aprofundadamente essa vertente defendida nesta monografia.

### **3.2. Educação Ambiental Socioambiental**

Quando se fala em meio ambiente, a primeira idéia que se pensa é a de “natureza”, vida biológica, vida selvagem, flora e fauna. Essas concepções sobre a natureza, não são como se

pretendem apresentar, um exemplo do mundo natural, com um objetivo neutro que traduz uma visão naturalista que tende a ver a natureza como biológica, equilibrada, pacífica e estável nas suas relações. E quando a figura humana aparece, é vista como algo ameaçadora para a natureza (CARVALHO, 2012).

Essa visão naturalista parte do princípio de que a natureza deve ficar longe do ser humano, e é esta visão que os preservacionistas possuem, pois se preocupam em proteger a natureza das interferências humanas, entendidas sempre como ameaçadoras a sua integridade.

A visão socioambiental está pautada na idéia de uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como palco de interações entre cultura, meio físico e a sociedade, na qual todos se modificam dinamicamente.

Para Carvalho (2012), a consequência desta visão naturalista-conservacionista é a redução do meio ambiente a apenas uma de suas dimensões, desprezando a cultura humana. A visão socioambiental não nega a base natural da natureza, como suas leis, dinâmicas, processos químicos e biológicos, mas chama a atenção para os limites de sua apreensão como modo autônomo, reduzido à dimensão física e biológica. Nesse sentido, é preciso reconhecer que, para compreender a dinâmica ambiental é necessário ter uma visão complexa sobre o meio ambiente e as suas relações naturais, sociais e culturais.

Essa visão naturalista ainda está presente na formação da sociedade e de educadores, e conseqüentemente, é esta visão que é perpetuada na educação brasileira. Alguns educadores, apesar de bem intencionados, de buscarem realizar atividades de Educação Ambiental com seus alunos, ainda estão presos em alguns paradigmas da sociedade moderna, que é reprodutora de uma sociedade estabelecida pela racionalidade hegemônica. O educador, por estar atrelado a uma visão paradigmática, fragmentária, simplista e reduzida da realidade, manifesta uma compreensão limitada da problemática ambiental que se expressa por uma incapacidade que informa uma prática pedagógica fragilizada de Educação Ambiental propriamente crítica. Dessa forma, a educação ambiental se mostra pouco eficaz no que diz respeito à compreensão e transformação da realidade socioambiental do educando.

Nesse sentido, como forma de contrapor essa educação ambiental bastante difundida e que pouco contribui com mudanças significativas para superar a crise ambiental, vem se

consolidando no Brasil, uma educação ambiental de caráter crítico. É uma proposta educação ambiental desconstrutora dos paradigmas da sociedade moderna e engajado no processo de transformação da realidade socioambiental.

É a partir desta análise comum que Carvalho (2012) propõe “trocar as lentes” para um olhar “socioambiental”. É a partir deste ângulo, que a natureza e homem, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de interação, formando assim um único mundo. Essa lente vai possibilitar repensar a idéia de evolução, percebendo-a como interação entre a natureza, as espécies que vão surgindo, particularmente, a humana.

O capítulo a seguir trará uma discussão sobre esta questão a partir de um estudo de caso realizado junto à Secretaria de Meio Ambiente de Campos dos Goytaçazes e terá por objetivo analisar as concepções de natureza presentes nas atividades de Educação Ambiental.

## CAPÍTULO 04

### AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental deve estar presente em qualquer espaço com o objetivo de educar cidadãos. Sendo assim, ela pode ser realizada tanto em espaços formais como em espaços informais tais como: escolas, parques, Unidades de Conservação, comunidades rurais, associação de moradores, na mídia, etc.

Para tratarmos das Unidades de Conservação como espaços de Educação Ambiental, primeiramente apresentaremos o que são Unidades de Conservação, as características de cada tipo e o que elas representam para a Educação. Posteriormente, será apresentada uma breve revisão de literatura sobre o processo de criação de Unidades de Conservação no Brasil e no estado do Rio de Janeiro. Ao final, se analisaremos as atividades de Educação Ambiental propostas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente nas Unidades de Conservação do município de Campos dos Goytacazes.

#### 4.1. O que são Unidades de Conservação?

Unidade de Conservação são áreas instituídas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), na qual possuem características biológicas, históricas e culturais relevantes e que são legalmente estabelecidos pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites de uso definidos.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>4</sup>, as Unidades de Conservação (UC) estão divididas em dois grupos, que apresentam características específicas, de acordo com o tipo de uso a que se destinam.

No primeiro grupo estão as **UCs de Proteção Integral** – seu objetivo é definido por lei e prevê a manutenção dos ecossistemas, livres das ações e interferências humanas. Esta UC é de uso indireto, sendo assim não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, a não ser para fins científicos (COZZOLINO, 2005).

No segundo estão as **UCs de Uso Sustentável** – estas UCs visam a exploração do ambiente, mas garantem a conservação dos recursos ambientais renováveis e dos processos

---

<sup>4</sup> Em 18 de julho de 2000, se institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

ecológicos mantendo tanto a biodiversidade como seus demais atributos. Estas UCs são denominadas UCs de uso direto que permite a coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais, porém de forma sustentável. (COZZOLINO, 2005).<sup>5</sup>

#### 4.2. Educação Ambiental em Unidades de Conservação

As atividades de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, em geral estão direcionada apenas aos saberes ecológicos de espécies de animais e vegetais. São atividades no âmbito da Educação Ambiental conservacionista que deixam de lado enfoques importantes como as relações sociais que existem nestes espaços.

É lógico que devemos preservar/conservar esses locais de grande interesse ecológico, histórico e artístico, no entanto não devemos tê-los como modelo extensivo a todo meio natural e/ou construído, pois modelos são quase sempre estáveis e harmônicos e a vida cotidiana é feita de relações muitas vezes conflituosas e em constante modificação (REIGOTA, 2009).

A Educação Ambiental realizada nessas áreas enfatizam os motivos pelos quais foram e devem se preservados/conservados estes ecossistemas, e também a sua importância estática, histórica e ecológica para as sociedades do passado e contemporâneas. As práticas pedagógicas devem estimular o contato e as relações com a comunidade.

Algumas práticas se baseiam apenas na transmissão de conhecimentos científicos e na conscientização para conservação da natureza. Essas atividades possuem o seu valor, no entanto aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais precisam ser levados em consideração. A Educação Ambiental que não contempla esses aspectos, na maioria das vezes, coloca o homem como vilão da história, como se todos os males causados ao meio fosse responsabilidade do “homem” em geral, sem diferenciação alguma (REIGOTA, 2009).

Dentre os diferentes espaços pedagógicos de educação, as Unidades de Conservação se destacam com uma importante experiência metodológica de Educação Ambiental, principalmente por terem essas áreas uma atuação direta com comunidades específicas, constituído por populações tradicionais. Para Loureiro (2004) essas comunidades, denominadas

---

<sup>5</sup> Para mais informações ver: VILAÇA, Natália. **Relatório do Projeto Unidades de Conservação e Reforma Agrária: -um estudo sobre as interfaces das políticas agrárias e ambientais no município de Campos dos Goytacazes**, Campos dos Goytacazes: Faperj, 2012



de tradicionais estão envolvidas nas experiências em UCs e em áreas preservadas, em função de estarem assentadas nessas áreas ou próximas a elas, em localidades não urbanizadas e com menor grau de ocupação humana. Nesse sentido, constituem-se como grupos sociais que se apresentam como interessados nas ações governamentais ou não governamentais envolvidas na sua preservação/conservação e na gestão ambiental.

### **4.3. A dinâmica de criação das Unidades de Conservação no Brasil e no Rio de Janeiro**

Ao longo dos anos 80 do século XX, especialmente após a morte de Chico Mendes, a preocupação com a conservação do meio ambiente adquire grande importância no cenário nacional e internacional. A criação de áreas protegidas tem sido uma importante alternativa que o governo encontrou para minimizar os problemas ambientais ocasionados com o alto grau de degradação advindo do modo de vida da sociedade urbano-industrial. Porém, a delimitação destes territórios protegido muitas vezes não leva em consideração os interesses das populações tradicionais que o habitam.

No estado do Rio de Janeiro, a primeira Unidade de Conservação criada foi o Parque Nacional da Tijuca. Ao longo dos séculos a área compreendida por esta unidade de conservação sofreu com constantes processos de degradação causada pela ocupação, interesses da expansão agrícola e abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro (LOUREIRO, et al, 2007).

De acordo com Abreu (1992) apud Netto et al (2009) a primeira tentativa de proteger as matas do Maciço da Tijuca, proibindo a derrubada nas nascentes dos rios datam de 1817.

Já década de 1840 iniciou-se um processo mais político de preservação ambiental da área que o Parque Nacional da Tijuca como, por exemplo, a desapropriação de terras pelo Estado, com o intuito de proteger os mananciais ali existentes ( NETTO et al. , 2009).

No entanto, segundo Netto et all. (2009), o Parque Nacional do Rio de Janeiro foi criado em 6 de julho de 1961, com o objetivo de desenvolver o turismo e a preservação dos ecossistemas da floresta. No ano de 1967 o parque passou a se chamar Parque Nacional da Tijuca.

O processo de criação desta área passou por constantes movimentos de ocupação que ocasionaram conflitos socioambientais, causados pelas divergências de interesses. A história de criação do Parque Nacional da Tijuca não difere das outras Unidades de Conservação, que são caracterizadas por uma relação contraditória de ocupação e conflito (LOUREIRO, et al, 2007). Posto que a criação destas áreas resulta de diferentes projetos, interesses, práticas e as representações de diversos grupos sociais que são envolvidos e/ou afetados pela delimitação das

áreas que estão destinadas à proteção dos recursos naturais, pois estas unidades são ao mesmo tempo, territórios de conservação, territórios de vida, territórios de produção, territórios de pesquisa acadêmica, entre outros (COELHO et al, 2009).

As Unidades de Conservação não são apenas territórios construídos pelas práticas de determinados grupos sociais, além de serem criadas e implementadas, estas influenciam e transformam essas práticas tornando-a mutável e conflituosa.

As Unidades de Conservação enfrentam sérios problemas de conflitos que envolvem diferentes apropriações do território. De acordo com Acsehrad (2004) um conflito pode ser ocasionado quando há disputa entre sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, comprometem a coexistência entre estas distintas práticas socioespaciais.

#### **4.4. As Unidades de Conservação do Município de Campos dos Goytacazes**

O município de Campos dos Goytacazes possui atualmente sete Unidades de Conservação (UC), são elas: Parque Estadual do Desengano, Parque Natural Municipal do Taquaruçu, Parque Estadual da Lagoa do Açú, Parque Municipal do Lagamar, Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Cima, Área de Proteção Ambiental da Serra do Itaóca e Área de Refúgio da Vida Silvestre do Mangue do Carapeba.

Todas as UCs do Município de Campos dos Goytacazes possuem um grande potencial para uma Educação Ambiental, pois além dos ricos aspectos físicos e biológicos, também dispõem de uma preciosidade pedagógica no que se refere aos aspectos histórico-culturais, com a presença de comunidades quilombolas, pescadores artesanais e agricultores familiares que possuem uma relação de longo prazo no convívio e na relação com a natureza. Esta relação denota saberes ambientais importantes que muito podem contribuir para o estabelecimento de relação com estas UCs como para as práticas de Educação Ambiental socioambiental

#### **4.5. Análise das Atividades de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação e de outros espaços do Município de Campos dos Goytacazes**

Antes de iniciarmos a análise das atividades de Educação Ambiental em Unidades de Conservação promovidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente apresentaremos os

caminhos traçados por esta pesquisa, a fim de situar o leitor sobre os procedimentos desta investigação.

#### **4.5.1. Os Caminhos da pesquisa**

Segundo Gonçalves (2004) são muitas as armadilhas impostas pelos meios de comunicação sobre a problemática ambiental e até mesmo com a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável, sendo assim, os debates ambientalistas adquirem fortes “conotações esquizofrênicas”, na qual a extrema gravidade dos riscos que o Planeta enfrenta contrasta com as tímidas propostas do gênero “plante uma árvore”, “promova a coleta seletiva” ou “desenvolva o ecoturismo” (GONÇALVES, 2004). A maioria dessas propostas está diretamente relacionada com os temas que são tratados pela Educação Ambiental e que em última instância se materializam nas atividades realizadas nas escolas, pelas Secretarias de Educação, por empresas, entre outras.

Estas atividades de Educação Ambiental trazem em suas propostas uma determinada concepção de natureza e de relação sociedade e natureza. Partindo deste pressuposto esta monografia pretende analisar quais as concepções de natureza que informam e/ou estão presentes nas atividades de Educação Ambiental promovidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Campos dos Goytacazes, em particular àquelas realizadas em Unidades de Conservação.

Para realizar esta pesquisa, buscou-se primeiramente realizar um levantamento de bibliografias relacionadas com a temática de Educação Ambiental, desde a sua história no âmbito mundial e no Brasil, e nos debates a cerca dos temas tratados nas Conferências sobre o Meio Ambiente.

Em seguida foram levantadas referências bibliográficas que tratassem também dos conceitos de meio ambiente e natureza, a fim de compreendermos melhor como estes informam, orientam e fundamentam as diferentes concepções e abordagens que em última instância orientam as atividades de Educação Ambiental, em particular aquelas aqui analisadas.

A etapa seguinte da pesquisa se consistiu na realização de visitas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campos dos Goytacazes com o objetivo de levantar materiais (documentos

– relatórios técnicos, cartilhas, material de divulgação) que apresentassem informações sobre as atividades de Educação Ambiental realizadas. No entanto, durante o levantamento constatou-se que a Secretaria não possui devidamente documentada as atividades de Educação Ambiental que realizam, sendo assim, através de conversas informais, uma funcionária disponibilizou um roteiro de atividade de Educação Ambiental que a Secretaria propõe com frequência, o City Tour (APÊNDICE A) realizado por importantes ecossistemas existentes no município. Outro documento disponibilizado foi o calendário de datas comemorativas (APÊNDICE B) sobre o Meio Ambiente, na qual a Secretaria e a equipe se orientam para realizar suas atividades.

Como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente não dispunha de todas as atividades de Educação Ambiental que realizam documentadas, conforme se apontou acima realizou-se uma pesquisa no Portal da Secretaria (<http://www.meioambiente.campos.rj.gov.br/>). A pesquisa foi realizada no campo de busca do Portal a partir da inserção da palavra-chave “educação ambiental”: pela pesquisa foram encontradas 50 notícias relacionadas para o período compreendido entre o ano de 2011 e 2015 (até o mês de maio) (APÊNDICE C). Foi com base neste material que realizamos as análises desta monografia.

Através de informações institucionais constatou-se que a Secretaria também considera como atividade de Educação Ambiental, tanto as reuniões para a formação de Conselho Consultivo de UCs como as Audiências Públicas para a criação de novas UCs. Sendo assim, esses eventos que inclui a participação popular também foram analisados. Importante ressaltar que tivemos a oportunidade de acompanhar estas reuniões e também as audiências públicas de onde também foram coletadas informações.

A partir e com base neste levantamento foram analisadas todas as atividades supracitadas. Para facilitar a análise das atividades realizadas pela Secretaria, agruparam-se as atividades em: i) plantio de árvores; ii) visitas; iii) *city tour*; iv) limpeza de praias, rios e lagoas; v) coleta seletiva; vi) audiências públicas e reuniões de formação do Conselho Consultivo.

Todo o material coletado foi então sistematizado e organizado em quadros e gráficos compondo as análises que são apresentadas a seguir.

#### **4.5.2. Atividades de Educação Ambiental realizado pela Secretaria de Meio Ambiente**

Como foi ressaltado anteriormente serão analisadas atividades de Educação Ambiental propostas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no período de 2012 a 2015 (até o mês de Julho). Onde discutiremos as Atividades de Educação Ambiental apresentadas pelos representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente identificadas na pesquisa documental realizada no local, bem como aquelas coletadas através do Portal de Notícias. Analisaremos ainda, os conteúdos das reuniões do Conselho Consultivo para criação das UCs, bem como as Audiências Públicas para a criação de novas UCs.no município.

Uma atividade pedagógica de Educação Ambiental realizada frequentemente pela Secretaria de Meio Ambiente e que se encontra listada na maioria dos planos de manejo das UCs, é o Ecotur (ecoturismo), na qual também são realizadas trilhas interpretativas, essas atividades supracitadas são utilizadas como recurso pedagógico. A metodologia da atividade se dá a partir da constituição de um roteiro para passeios e caminhadas pelas UCs, onde em pontos específicos da visitação podem ser observados a dinâmica daquele ecossistema. Nesta atividade, os monitores e/ou convidados costumam enfatizar bastante os aspectos biológicos, sobre a fauna, flora, recursos hídricos, etc. Nossa primeira observação sobre a atividade de Ecotur realizada pela Secretaria, diz respeito ao seu caráter recreativo e informativo que ilustra um determinado entendimento do que seja a Educação Ambiental e segundo nossas leituras se mostra restrita a difusão para o conhecimento da biologia e de ciências.

Esta monografia não pretende negar a importância destes conhecimentos biológicos e naturalistas, mas sim discutir/problematizar a importância de se dar também atenção ao enfoque cultural e a complexidade das questões sociais que envolvem e/ou deveriam está presentes nas práticas pedagógicas desta atividade de Educação Ambiental, pois estas práticas pedagógicas que estão relacionadas apenas com as informações das ciências naturais apresentam uma visão reducionista da realidade. Para Carvalho (2012) o educador ambiental de enfoque naturalista, é apenas um difusor de informações “corretas” segundo as leis da Biologia e da Física, uma espécie de interpretador do “livro da natureza”. Essa lente naturalista segundo a autora apresenta todo o seu caráter cientificista e, que infelizmente opera a maioria das atividades aqui analisadas. A Educação Ambiental de vertente naturalista e cientificista transforma os educadores em

decodificadores e difusores de verdades, tornando a natureza objetiva, não permitindo assim, outras interpretações (CARVALHO, 2012).

Para Carvalho (2012) nessa vertente natural autônoma e de realidade objetiva não há lugar para educadores e aprendizagens processuais, significativas, reflexivas e críticas, não havendo lugar, portanto para a os processos de construção do conhecimento baseados no encontro do sujeito com o mundo. Um ecossistema mesmo protegido pelas leis do Estado, não é uma bolha autônoma e independente das interações e mediações culturais, que desde tempos imemoriais tem atribuído diversos sentidos a natureza.

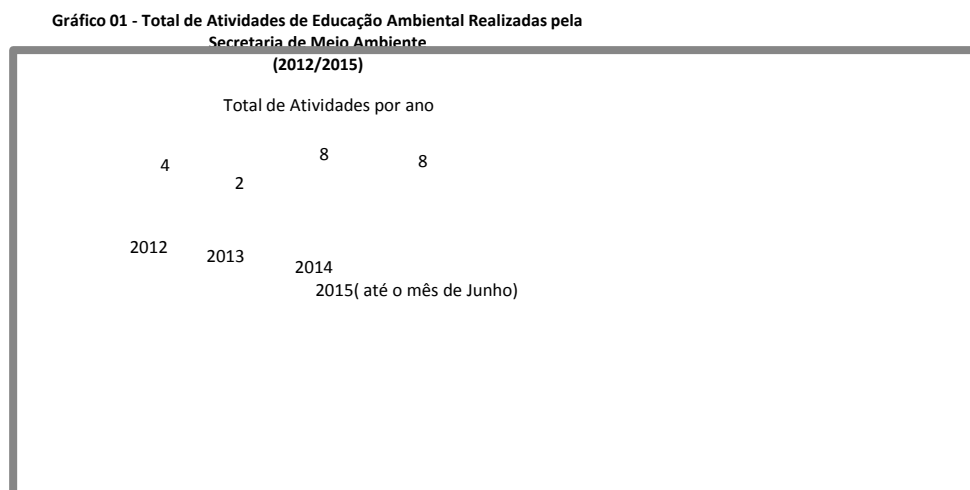
A relação sociedade-natureza, sendo analisada a partir de uma interação permanente em que as duas partes se modificam mutuamente, possibilita um entendimento da dinâmica dessa relação. Ao privilegiar a compreensão humana nas relações com a natureza, está se recusando a instituí-la no alto de uma razão observadora e decodificadora. Mas, no oposto a esta visão objetivista, encontra-se a concepção interpretativa que evidencia os sentidos histórico-culturais e as relações de determinada comunidade humana com o meio ambiente (CARVALHO, 2012).

Sendo assim, em concordância com Carvalho (2012) o que se sugere é o abandono do conceito naturalista, objetivista deste tipo de Educação Ambiental, que se reduz ao ensino dos aspectos físico-biológicos, pois na vertente interpretativa, o ambiente é lugar das inter-relações entre a sociedade e a natureza. A educação nesta perspectiva torna-se uma aventura, na qual o sujeito e os sentidos do mundo vivido estão se constituindo mutuamente na dialética da compreensão e interpretação

Outro documento apresentado pela Secretaria se reporta ao Calendário de Atividades de Educação Ambiental que orienta as ações da equipe. Este calendário de atividades apresenta temas pontuais sobre o meio natural, e o mais importante a ser destacado, o homem não é citado em nenhum dos temas das atividades propostas (ver Quadro 02). Mesmo quanto este é referenciado nas falas das palestras e das atividades, não o trataram do ponto de vista cultural, da sua história com aquele ambiente, e sim como uma representação unilateral deste ambiente, em que o homem é apenas o ser degradante do meio ambiente.

Dando sequência, apresentaremos uma breve análise das notícias de Atividades de Educação Ambiental que foram encontradas no portal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente conforme foi descrito na parte metodológica.

Iniciamos a discussão chamando a atenção para o Gráfico 01 que informa sobre a quantidade de atividades de Educação Ambiental realizadas no período de tempo estudado.



Fonte: Portal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Disponível em <http://www.meioambiente.campos.rj.gov.br/>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

Observamos por este gráfico que no total das 50 notícias identificadas (retirando as sobreposições de informações) foram efetivamente realizadas 22 atividades de Educação Ambiental no período analisado e que, em comparação com os anos anteriores, os anos de 2014 e 2015 foram os que tiveram maior número de atividades.

A partir deste levantamento também procuramos estabelecer uma tipologia das atividades de Educação Ambiental realizadas pela Secretaria e com base na literatura estudada classificá-las segundo a concepção predominante por atividade realizada. O Quadro - 03 se reporta a esta finalidade para o período analisado.

### Quadro – 03 – Análise das Atividades de Educação Ambiental

Atividade	Local	Ano	Concepção de Educação Ambiental (SAUVÉ, 2005)
Plantio de Mudas	Bairros do Município	2015	Conservacionista/ Recursista
Comemoração da data de criação da Unidade de Conservação	Unidade de Conservação- Parque Estadual do Desengano	2015	Conservacionista/ Recursista
Conscientização do uso dos recursos naturais	Bairro do Município	2015	Conservacionista/Recursista
Gincana Ambiental	Farol de São Tomé	2015	Conservacionista/Recursista
Limpeza de praias, rios e lagoas	Unidade de Conservação- APA da Lagoa de Cima	2015	Conservacionista/Recursista

Plantio de Mudanças	Centro de Educação Ambiental (CEA) da Cidade de Campos dos Goytacazes	2015	Conservacionista/Recurso
Visitação ao CEA	Centro de Educação Ambiental (CEA) do município de Campos dos Goytacazes	2015	Conservacionista/Recurso
Plantios de Muda	Conjuntos Habitacionais do Município	2015	Conservacionista/Recurso
Curso de qualificação	Centro de Educação Ambiental (CEA) do município de Campos dos Goytacazes	2014	Conservacionista/Recurso
City Tour	Unidade de Conservação	2014	Conservacionista/Recurso
Plantio de Mudanças	Bairro do Município	2014	Conservacionista/Recurso
Conselho Consultivo	Unidade de Conservação –APA Lagoa de Cima	2014	Conservacionista/Recurso
Plantio de Mudanças	Unidade de Conservação	2014	Conservacionista/Recurso
Plantio de Mudanças	Município de Campos dos Goytacazes	2014	Conservacionista/Recurso
Plantio de Mudanças	Município de Campos dos Goytacazes	2014	Conservacionista/Recurso
Adote uma árvore	Conjuntos Habitacionais do Município	2014	Conservacionista/Recurso
Audiência Pública para a criação de Unidade de Conservação	Farol de São Tomé	2013	Conservacionista/Recurso
Plantio de Mudanças	Conjuntos Habitacionais do Município	2013	Conservacionista/Recurso
City tour (eco tour)	Farol de São Tomé	2012	Conservacionista/Recurso
Reciclagem	Escola do Município	2012	Conservacionista/Recurso
Visitação do CEA	Centro de Educação Ambiental (CEA) da Cidade de Campos dos Goytacazes	2012	Conservacionista/Recurso
Plantio de Mudanças	Bairros do Município	2012	Conservacionista/Recurso

Fonte: Elaboração própria baseada na concepção de Educação Ambiente proposta por Sauv  (2005).

Conforme se observa no Quadro 03, as atividades de Educa o Ambiental que são propostas pela Secretaria predominante   a de Plantio de Mudanças e que possuem concep o de Educa o Ambiental Conservacionista/Recurso. Esse tipo de concep o como já foi apresentada anteriormente está centrada na conserva o da qualidade e quantidade dos recursos, na qual a natureza   vista apenas como recurso e as rela es culturais que existem não são consideradas.

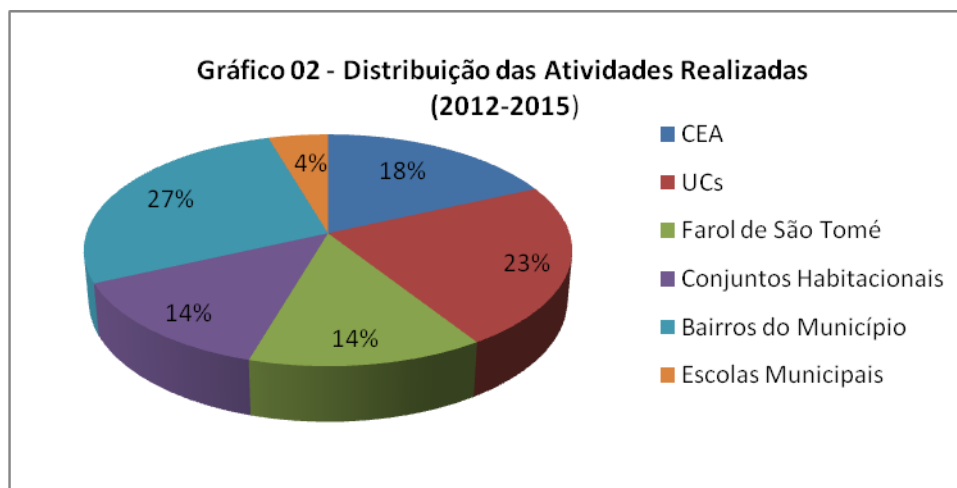


Este tipo de concepção predominante na sociedade atual coloca a natureza e cultura como opostas, ao mesmo tempo em que a cultura é apresentada como superior e que sobre esta que tem domínio. Nas notícias que se reportavam as atividades de Educação Ambiental analisadas a partir do Portal de Notícias foi bastante comum encontrarmos o termo “vamos proteger a natureza”, “cuidar da natureza, “plante uma árvore”, reciclagem”, “coleta seletiva”, “economizar água”, “limpeza ambiental”, “ecoturismo”, “preservar o meio ambiente”, “devemos nos unir contra a destruição da natureza”. Em todas estas atividades salta aos olhos a forma como o homem (indivíduo) aparece, como um ser degradante da natureza, responsável por sua degradação e não como ser integrante da natureza, vale ainda ressaltar que não os são homens comuns que destroem a natureza, mas sim homens que pertencem a determinada classe social, ou seja, pertencem e estão envolvidos em uma determinada cultura (GONÇALVES, 2001).

Ainda analisando as atividades de Educação Ambiental, o enfoque deste trabalho pedagógico acima apresentado recai sobre as interações com o ambiente natural, na sua compreensão física e problematizando a ação humana sobre a natureza. A partir dessas proposições, como afirma Carvalho (2012), corre-se um grande risco de se tomar a tradição naturalista como matriz explicativa e reduzir o meio ambiente à natureza, que neste caso é vista como espaço natural, em contraposição ao mundo humano.

Nesse sentido, como nos diz Acselrad (2009) “essa concepção tem o efeito de diluir as responsabilidades, esconde, sob a categoria homem, a diferença substantiva e ter as empresas petrolíferas e pescadores, entre corporações agroquímicas e comunidades tradicionais” (ACSELRAD, 2009, p. 72) é no mínimo preocupante. Vista sob esta perspectiva, a concepção dominante da problemática ambiental se mostra pouco sensível as dimensões sociológicas, dando enfoque maior aos temas relacionados ao desperdício, desmatamento, como se fossem os mais importantes do debate ecológico. (ACSELRAD, 2009).

Em sequência, o Gráfico 02 aponta outro dado importante a ser observado, que é a espacialização das atividades, ou seja, o local onde se realizam as atividades de Educação Ambiental destaca o local, pois este diz muito sobre as atividades pedagógicas que foram desenvolvidas.



Fonte: Elaboração própria a partir das notícias disponíveis no site da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campos dos Goytacazes-RJ. <http://www.meioambiente.campos.rj.gov.br/>. Acesso em 01 de julho de 2015.

O Gráfico 02 nos informa que 64% das atividades de Educação Ambiental foram realizadas nos Bairros do Município, Conjuntos Habitacionais e nas Unidades de Conservação contra, por exemplo, aquelas atividades de Educação Ambiental realizada nos espaços educacionais como escola (4%) e CEA (18%). Esse dado se explica em parte pelo fato de que estas atividades de Educação Ambiental consistem basicamente na distribuição e no plantio de mudas seja nos bairros e conjuntos do Município ou nas UCs. Esse tipo de atividade além de ser pontual, não problematiza as questões ambientais relevantes sobre a realidade ambiental do município e na qual as populações estão inseridas.

As atividades de Educação Ambiental desenvolvidas nas Escolas Municipais e no CEA, basicamente consistem em visitas ao espaço para a realização de plantio de mudas e para conhecer o funcionamento do CEA. Sendo assim, em nenhum desses espaços de educativos são realizadas atividades que tenham por base a concepção crítica que enfatize a relação homem-natureza.

Outro ponto que precisa ser pensado sobre estas atividades se refere ao perfil e a formação profissional da equipe responsável e, por conseguinte de quais saberes estes profissionais possuem e mobilizam nestas atividades? Foram devidamente formados para atuarem nesse tipo de atividade?

Por meio de conversas informais com membros da equipe da Secretaria, levantamos que os responsáveis pelas atividades de Educação de Ambiental possuem formação em Biologia, Direito e Comunicação Social. Em si, este não seria um problema a rigor se o perfil do

profissional e/ou a formação que este recebeu atendesse ao que Tardiff (2012) chama dos saberes aos “saberes docentes”.

Para Tardiff (2012) os saberes docentes se compõem de vários saberes provenientes de diferentes fontes. Esses saberes são, disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais, por isso, os saberes docentes têm um caráter plural. Podemos a partir deste pressuposto inferir, mesmo que esta pesquisa tenha um caráter bastante exploratório, que esses profissionais não possuem/ou lhes faltou em sua formação, a construção daquilo que Leff (2001) denomina de “saber ambiental”. Um saber que questiona os reducionismos ecologistas e os determinismos biológicos e geográficos. Vale ressaltar ainda que alguns destes profissionais não possuem os saberes pedagógicos necessários para o processo de ensino-aprendizagem o que compromete diretamente as atividades de Educação Ambiental.

Em parte a ausência deste “saber ambiental”, um saber ambiental crítico, em sua formação se deve pelo fato também deste tipo de saber ainda não ter alcançado uma maturidade científica e as estruturas acadêmicas dominantes das universidades, sobretudo a partir da perspectiva políticas, histórica e cultural (LEFF, 2001).

Segundo Leff (2001), a incorporação do “saber ambiental” na formação profissional requer a elaboração de novos conteúdos curriculares de cursos, carreiras e especialidades. A formação de uma disciplina ambiental implica na construção e legitimação desse saber, sua transmissão na aula e sua prática no exercício profissional.

Partiremos agora para a análise do segundo grupo de atividades de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Como apontamos anteriormente, a Secretaria de Meio Ambiente também considera como atividades de Educação Ambiental as reuniões realizadas para a formação de Conselhos Consultivos de UCs e as Audiências Públicas para a criação de UCs. No ano de 2013 e 2014, a Secretaria promoveu reuniões para a formação do Conselho Consultivo da APA da Lagoa de Cima e Audiências Públicas para a criação da APA da Serra do Itaóca e da Área de Refúgio da Vida Silvestre do Mangue do Carapeba.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Para mais informação ver VILAÇA, Natália Machado. Relatório de Pesquisa do **Projeto Unidades de Conservação e Reforma Agrária: um estudo sobre as interfaces das políticas agrárias e ambientais no município de Campos dos Goytacazes**, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: Faperj. 2014.

No município a criação das primeiras Unidades de Conservação ocorreu sob influência da Conferência do Rio de Janeiro (RIO 92), assim no ano de 1992 e 1993, foram criadas duas UCs, a APA da Lagoa de Cima e APA do Lagamar. No entanto, a criação destas UCs podemos dizer que foi resultado apenas uma “inspiração da novidade ecologista”, já que decorridos mais de 10 anos de sua criação, as duas UCs não possuem plano de manejo, uma obrigatoriedade para a gestão da UCs.

Em relação às Audiências Públicas, os eventos para consulta e participação, organizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, incluiu além da participação do Poder Público de esfera municipal, a sociedade civil e membros da comunidade local. No entanto, observamos que os atores sociais mais presentes nas Audiências foram o Poder Público e a sociedade civil organizada, enquanto a presença da comunidade local era muito baixa.

O acompanhamento destas Audiências e destes espaços políticos demonstrou conforme nossa observação, que o tema em questão, a criação das UCs, não foi apresentada de maneira clara a população atingida, ou seja, quais os objetivos da criação da UC e como deve ser a sua relação (da comunidade) com essas áreas a partir de então. Nesse sentido, dois aspectos podem ser destacados, o primeiro é que embora os atores sociais diretamente envolvidos, estivessem presentes, mesmo em menor número, não possuem e/ou sequer foram preparados para ter uma participação ativa e qualitativa nesses espaços e, conseqüentemente os seus interesses coletivos não foram levados em consideração pela esfera constitucional que promove esses espaços, ficando sempre em evidência os interesses do capital privado ou dos interesses governamentais.

Nas atividades para a criação das UCs, observamos que as mesmas são consideradas uma prioridade governamental devido, não em detrimento de sua biodiversidade, embora esta seja ressaltada, mas, sobretudo em função de sua potencialidade turística, visto que são áreas que despertam este interesse e por estas serem uma fonte de arrecadação de receita para o município, viabilizada através do ICMS ECOLÓGICO.

Esse tributo foi criado como forma de compensação ambiental aos municípios que possuíssem algumas restrições ambientais e legais para expandir a sua atividade econômica e que a manutenção destes ecossistemas também presta determinados serviços, os “serviços ambientais”, deste modo, o tributo visa gerar mais receita aos municípios em contrapartida a preservação/conservação da natureza.

Podemos dizer que esta é uma prática que pode ser problematizada como uma “mercantilização da natureza”, a qual segundo Bertha Becker (2004) já vem sendo realizada nas últimas décadas com o objetivo de viabilizar a realização do capital natural, através de políticas e medidas de instituições estatais, como é o caso do ICMS ECOLÓGICO. Bertha Becker chama esta prática de criação de “novas mercadorias fictícias” e que vem sendo desenvolvida sob a forma de uma preocupação da problemática ambiental, exemplos destas mercadorias são, o caso da água, do ar, da vida, na qual estão se criando mercados reais que buscam ser institucionalizados (BECKER, 2004).

Na mesma direção Carvalho (2012) acredita haver na atualidade muitos grupos sociais, incluindo o de poderes econômicos, que além de dominarem a natureza, defendem a sua apropriação como estoque de recursos, a serviço do desenvolvimento econômico. Para esses grupos o ambiente, enquanto espaços de relações entre o homem e a natureza, tende a ser uma arena de competição e administração de recursos, onde o homem reina como sujeito de uma razão instrumental, na qual também decide o destino do Planeta. Nesse sentido, a criação de novas UCs pode ser vista também como uma forma do município de obter mais receita, pois o que se verifica, de acordo com Becker (2004), é uma tentativa de implementar formas de governabilidade global sobre os recursos, mediante o estabelecimento de regimes, normas e regras específicas estabelecidas por um instrumento legal.

Nesse sentido, o que podemos considerar a partir da análise empreendida com base nos dados da Secretaria é que a concepção de Educação Ambiental analisada pouco contribui para a superação dos problemas ambientais. Sendo assim, bastante restritiva no que tange a formação cidadã e necessária para a superação/minimização da problemática ambiental estando longe da concepção de Educação Ambiental defendida nesta monografia, qual seja, uma Educação Ambiental voltada e pautada pela abordagem socioambiental, que tem como ênfase principal a não separação da relação homem e meio e possui como objetivo de formar um indivíduo capaz de transformar a sua realidade e da sua comunidade

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para Leff (2001) o processo de construção de uma racionalidade ambiental implica a formação de um novo saber e a integração indisciplinar do conhecimento para explicar o comportamento dos sistemas socioambientais complexos. O saber ambiental problematiza a divisão dos saberes em disciplinas e na administração setorial do desenvolvimento com o objetivo de construir um campo de conhecimento entre a sociedade e natureza.

O discurso ambiental vai tomando forma a partir de uma posição crítica da racionalidade e da lógica de mercado que emerge da natureza externalizada e do social marginalizada pela racionalidade econômica (LEFF, 2001).

Nesta perspectiva nasce o conceito de ambiente que para Leff (2001), se refere a um objeto complexo, integrado por processos de ordem natural, técnica e social. Os processos ecológicos, econômicos, ecológicos e culturais que pertencem a um sistema socioambiental são conformados por interesses e racionalidades de atores sociais e organizações institucionais diversos.

O saber ambiental também se constrói a partir de uma falta de conhecimento, integrando os princípios e valores da ética ecologista, as sabedorias e práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais e as ciências e técnicas que dão respaldo ao desenvolvimento sustentável (LEFF, 2001).

Nesse sentido, o agravamento dos problemas ambientais ocasionadas pela racionalidade econômica levou a necessidade de reorientar os processos de produção e aplicação dos conhecimentos, assim como a formação profissional com o objetivo de formar pessoal para conduzir um processo de transição para o desenvolvimento sustentável (LEFF, 2001).

Como foi discutido nesta monografia, os programas e/ou atividades ambientais desenvolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente possui uma concepção de natureza do tipo conservacionista, ou seja, incorporam sentidos básicos da ecologia, técnicas de como conservar a natureza. São, portanto nulas as atividades de Educação Ambiental que possuem como objetivo considerar os aspectos sócio-culturais na construção do saber ambiental.

O processo de globalização econômica está transformando os princípios da Educação Ambiental ao privilegiar os mecanismos de mercado como caminho para o desenvolvimento sustentável.

Retomando a discussão sobre as Conferências Internacionais, o que se percebe é que a questão ambiental colocada, sobretudo a partir da Conferência da Rio-92, trouxe como principais componentes de discussão: as mudanças climáticas, a diversidade biológica e a desertificação, contudo somente os dois primeiros temas receberam maior atenção da comunidade internacional, pois interessavam aos países mais ricos, enquanto o tema da desertificação que é uma preocupação dos países menos desenvolvidos, foi deixado de lado (ACSELRAD,2012).

O relatório da PNUMA é aquele que se mais se aproxima da definição de desenvolvimento sustentável, pois “para o PNUMA, a economia verde é uma economia que leva melhoria do bem estar humano e da equidade social, reduzindo ao mesmo tempo e de maneira significativa, os riscos ambientais e a penúria dos recursos”. (HARRIBEY,2012, p.17 ) Entretanto, ela permite a noção de capital natural bem como o valor econômico da natureza.

Com a emergência da crise ambiental, a educação orientou um processo de conscientização com o intuito de regular as condutas sociais que evitem efeitos negativos sobre o meio ambiente e a criação de técnicas para tentar resolver os problemas ambientais. Consiste como um treinamento para proteção ambiental, ou como uma instrução para os estudantes tentarem resolver os problemas ambientais (HUNDT, 1986, P. 41 apud LEFF, 2001). Infelizmente, são iniciais os programas de formação ambiental norteados para a construção de uma racionalidade que seja capaz de compreender os processos naturais, tecnológicos e sociais que abram opções para outro tipo de desenvolvimento como nos informa Leff (2001).

Os conhecimentos e métodos necessários para a compreensão e resolução da problemática ambiental estão relacionados com as condições geográficas, ecológicas, políticas, econômicas e culturais que existem no entorno da qual se inserem as Universidades para formar profissionais competentes. Para Leff (2001), é na Universidade que repercute a aplicação dos conhecimentos gerados nas práticas sociais e na organização produtiva de diferentes comunidades.

Sendo assim, a Educação Ambiental necessita da criação de um saber ambiental transformador capaz de criar conteúdos de novas temáticas ambientais que abarquem tanto os conhecimentos ecológicos quanto os sócio-culturais como nos ensina Leff (2001).

Nesse sentido, entendemos como Carvalho (2012) que a Educação Ambiental deve auxiliar em uma compreensão do ambiente como um conjunto de práticas sociais permeadas por contradições, problemas, conflitos que formam a rede de relações entre os modos de vida humanos e suas diferentes formas de interagir com a natureza.

Por isso, a Universidade tem um papel importante no processo de pesquisa junto com as comunidades e populações que convivem com problemas ambientais, captando os problemas a partir das bases e devolvendo as estas o saber da elaboração e da aplicação de projetos e programas de gestão ambiental. Sendo também necessário, que as Universidades resgatem os saberes tradicionais e populares para que essas comunidades sejam capazes de autogerir seus processos de desenvolvimento (LEFF, 2011).

Retomando a discussão sobre UCs como espaços importantes para Educação Ambiental (objeto de nossa reflexão) no município de Campos dos Goytacazes, considera-se que além dos ricos aspectos físicos e biológicos, estas também são de grande preciosidade pedagógica nos aspectos histórico-culturais tendo em vista a presença de comunidades quilombolas, pescadores artesanais e agricultores familiares, o convívio e a troca de saberes com estas comunidades pode em muito contribuir para a formação de professores e alunos mais engajados na política ambiental de sua comunidade.

No entanto, como observamos mesmo estes espaços sendo muito utilizados para as atividades de Educação Ambiental, infelizmente, estes ricos aspectos são pouco aproveitados, pois as atividades que ali são desenvolvidas alinham-se quase que exclusivamente a concepção preservacionista/recursista, na qual são exaltados apenas os aspectos biológicos da natureza enquanto as relações sociais que existem nestes territórios são negligenciadas.

Para o Poder Público local a natureza das UCs tem sido apropriada como mercadoria, pois as UCs são vistas em primeiro plano como fonte de arrecadação para o municipal, devido ao ICMS Ecológico. Essa concepção é puramente utilitária da natureza, dos aspectos biológicos, desconsiderando a complexidade dos processos naturais e com as relações das sociedades humanas (HARRIBEY, 2012). Nesse sentido, a Educação Ambiental mesmo



sendo uma das principais exigências educacionais do mundo moderno, pois a questão ambiental vem afetando diretamente o futuro da humanidade ainda vem sendo negligenciada.

A Educação Ambiental defendida neste trabalho e que deve orientar o “fazer pedagógico” não está vinculada à transmissão de conhecimentos sobre a natureza, mas sim ao estudo da relação entre homem e natureza a qual enfatiza os aspectos histórico-culturais no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, o que se observa é que as nas atividades de Educação Ambiental realizadas no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e, em particular nas UCs são de cunho naturalistas, no qual são enfatizados os seus aspectos físicos e biológicos e as relações socioculturais que nelas existem infelizmente são negligenciadas.

Isso pode ser notado, no estudo de caso desta monografia, no qual as atividades nas UCs são predominantemente de tradição naturalista com matriz explicativa que reduz o meio ambiente à natureza, sem considerar o seu aspecto cultural reduzindo desta forma a Educação Ambiental a atividades de “plantio de árvores” ou a “coleta seletiva”, enquanto os problemas ambientais que envolvem a comunidade local não são discutidos ou problematizados.

## 6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H; MELLO, C.C. A; BEZERRA, G.N., Movimentos por justiça versus o senso comum ambiental: a degradação ambiental não é democrática. *Proposta- Revista Trimestral de Debate da Fase*, Rio de Janeiro: Fase, v.36, n. 125, 2012.

AGENDA 21. Disponível em: <http://www.ecolnews.com.br/agenda21/index.htm>.

ALMEIDA, M. I. S. **A Emergência da Educação Ambiental no Cenário Mundial: Evolução dos conceitos e Concepções da Educação Ambiental**. Boletim Goiano de Geografia, v. v.20, p. p:1-p:192, 2000.

ARAÚJO, Thiago Cássio d'Ávilla. Principais marcos históricos mundiais de Educação Ambiental. Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2007/09/11/33350-principais-marcos-historicos-mundiais-da-educacao-ambiental.html>. Acesso em: 26/06/2015.

BRASIL. Educação Ambiental: Aprendizizes de Sustentabilidade. SECAD/MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf> Acesso em: 26/06/2015

CARTA DE BELGRADO, 1975. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Disponível em: [http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155641carta\\_de\\_belgrado.pdf](http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155641carta_de_belgrado.pdf). Acessado em: 20/06/2015

CARTA DE ESTOCOLMO, 1972. Ministério do Meio Ambiente.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação de um sujeito ecológico**. 6º Ed. São Paulo: Cortez, 2012;

CHARLOT, Bernard; SILVA, Veleida Anahí da. Relação com a natureza e educação ambiental. In In SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COELHO NETTO, Ana Luiza et al. Unidades de Conservação: Populações, Recursos e Territórios. Abordagens da Geografia e da Ecologia Política. In GUERRA, Antonio José Teixeira.; COELHO Maria Célia Nunes. **Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2009.

COELHO, Maria Célia Nunes, et al. Unidades de Conservação: Populações, Recursos e Territórios. Abordagens da Geografia e da Ecologia Política. In GUERRA, Antonio José Teixeira.; COELHO Maria Célia Nunes. **Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2009

COZZOLINO, L. F. F. **Unidades de conservação e os processos de governança local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ)**. 2005. Dissertação. (Mestrado). Programa EICOS, IPUFRJ, Rio de Janeiro.

DECLARAÇÃO DE TBILISI. **Global Development Research Center**. Disponível em: <http://www.gdrc.org/uem/ee/tbilisi.html>.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os descaminhos do Meio Ambiente, 15 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GUIMARÃES, M. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, P.P.; Castro, R.S.. (Org.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 2ed.São Paulo: Cortez, 2011, v. 1, p. 15-29.
- HARRIBEY, Jean Marie. Rio +20: mercantilização da natureza ou preservação do Bem Comum? *Proposta- Revista Trimestral de Debate da Fase*, Rio de Janeiro: Fase, v.36, n. 125, 2012.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. AZAZIEL, Marcos.; FRANCA, Nahyda franca. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Ibase: Instituto TerrAzul : Parque Nacional da Tijuca, 2007.
- MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de . **A Conferência do Rio de Janeiro - 1992 (Eco-92): Reflexões sobre a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável**. In: VI ENANPPAS - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Belém: ANPPAS / UFPA, 2012. v. 1.
- PEDRINI, A. de G. (Org.) **Educação Ambiental : Reflexões e Práticas Contemporâneas**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental?**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- SAUVÈ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SILVA, Silvana do Nascimento SILVA, S.N . **Concepções e Representações sociais de meio ambiente: uma revisão crítica da literatura**. In: VII ENPEC, 2009, Florianópolis. Caderno de resumos. Florianópolis: ABRAPEC, 2009. p. 69.
- TANNOUS, S. ; GARCIA, Anice **Histórico e evolução da educação ambiental, através dos tratados internacionais sobre o meio ambiente**. Nucleus (Ituverava. Impresso), v. 5, p. 183-196, 2008.
- TARDIFF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

## 7 -APÊNDICES

### Apêndice A

#### **“Roteiro do Ecotur Farol 2010”**

*Imbé- No coração do Imbé localiza-se o Parque do Desengano, Área de Proteção Ambiental que preserva fauna e flora características da Mata Atlântica. Nesse Ambiente paradisíaco, formam-se cachoeiras como a Tombo d'água e Maracanã. A cachoeira Tombo d'água possui uma queda de 80 metros e no local há uma piscina natural de águas transparentes com aproximadamente 50 de comprimento e fundo arenoso. As cachoeiras abastecem as corredeiras próprias à canoagem nos rios Mocotó e Imbé. Destacam-se, também, o Pico São Mateus, ponto mais elevado do município de formação rochosa arredondada com 1.676m de altitude, constituído por uma gigantesca massa granítica. Do pico tem-se ampla visão do município de Campos dos Goytacazes e a paisagem natural da mata Atlântica. A caminhada da base ao pico do atrativo é considerada pesada, onde registram-se a presença de filetes d'água*

#### *Pedra Lisa*

*Em altura aproximadamente de 726m , é um dos cumes mais altos do Estado do Rio de Janeiro, esá localida na região Norte do município. È procurada para a p´ratica de escaladas em seu lado esquerdo e para caminhadas em seu lado direito.*

#### *Lagoa de Cima*

*Localizada no distrito de Ibitioca, em Morangaba, a Lagoa visitada por dom PedroII, foi por ele chamada de “Lago dos Sonhos”. È cercado por outeiros, excelente para a prática de esportes náuticos, pesca de vara, navegação de pequenos barcos e para banhos. Possui em sua orla a infraestrutura do Yacht Club Lagoa de Cima.*

#### *Rio Preto*

*Região Perfeita para a prática de esportes de aventura, localizada ao norte do município. Possui boas estradas de acesso. A partir da margem esquerda rio Paraíba, apresenta uma paisagem onde predominam ondulações em forma de meio laranja. Em Direção ao norte*

*observam-se morros e vales. Destaque para a pedra Lisa com seu pico de 726 m e a Pedra do Baú.*

#### *Lagoa Feia*

*Situada em Ponta Grossa dos Fidalgos, distrito de Tocos, divisa com o município de Quissamã, possui área total em total em torno de 138 km<sup>2</sup> - a maior área do estado do Rio de Janeiro. É uma região selvagem possuidora de riquíssimo ecossistema. Em toda orla, junto às margens, vegetação aquática formada por iguapés, oraltas de burro e outras, não podendo deixar de citar a dama do lago, fixada no fundo do lago de águas rasas, com bela cor lilás acinzentada.*

#### *Farol de São Tomé*

*Localizada a 48 km do centro de Campos possui uma extensão de 40km com casuarinas plantadas em boa parte da orla. Suas águas são bastante propícias para banhos e práticas de surf. A praia ainda possui uma belíssima região de restinga em que predominam manguezais de rara de beleza. A laguna do Lagamar, com área superficial de 70 hectares e perímetro de 7,80 km, é propícia para a prática para a prática de esportes náuticos e pesca esportiva. O farol que dá o nome a praia, foi inaugurado em 1822. Possui 45m de altura e para chegar ao topo sobem-se 216 degraus. Do alto, tem-se uma visão de toda a praia.”*

## **APÊNDICE B**

“Calendário Ecológico 2010”

### **1. Janeiro- Controle da Poluição por agrotóxico**

*Durante o mês inteiro haverá palestras (LOCAL)*

*Visitas em áreas rurais*

*Importância dos alimentos sem agrotóxico*

*Oficinas de alimentos.*

### **2. Fevereiro- Zonas Úmidas**

*Palestras nas escolas*

*Visitas em locais*

*Vídeos*

### **3. Março- Água**

*Palestras*

*Visitas monitoras Águas do Paraíba*

### **4. Abril – Planeta Terra**

*Palestras*

*Jogos*

*Desenhos*

### **5. Maio – biodiversidade**

*Palestras*

*O que é biodiversidade*

### **6. Junho – Meio Ambiente**

*O que é Meio Ambiente*

*Semana com Muitas atividades*

### **7. Julho – Flora (proteção as florestas\_**

*Importância das Florestas*

### **8. Agosto – Qualidade do Ar**

*O ar que respiramos*

*Fiscalizar o nosso bairro*

### **9, Setembro- Árvore**

*Plantio*

*Adoção de mudas*

### **10; Outubro – Fauna**

*Palestras*

*Vídeos*

### **11. Novembro- Rio**

*Ecotur Rio Paraíba*

### **12 Dezembro – Pau- Brasil**

*A importância do Pau-Brasil*

*Extinção”*

## APÊNDICE C- NOTÍCIAS SOBRE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Dia 08/05/2015

### Meio Ambiente planta 25 mudas de árvores em escola e creche



A Secretaria Municipal de Meio Ambiente plantou 25 árvores em duas unidades modelo de ensino localizadas na Tapera: 15 na Escola Municipal Manoel Ribeiro e 10 na Creche João Siqueira dos Santos. O plantio teve a participação dos professores e alunos, tanto da escola como da creche.

As espécies plantadas foram as seguintes: abio amarelo, quaresmeira, que pode atingir até 12 metros de altura, e murta que geralmente chegam a 5 metros. O plantio faz parte do Programa Mais Verde Campos. Nos últimos 12 meses foram plantadas em torno de 3 mil mudas das espécies da Mata Atlântica e frutíferas, nativas e exóticas.

- A intenção é criarmos cada vez mais espaços saudáveis e agradáveis - diz secretário de Meio Ambiente. Os interessados em plantar árvores em sua residência podem pegar as mudas no Centro de Educação Ambiental (CEA), na Avenida José Carlos Pereira Pinto, 300, de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h, e no Horto Municipal, na Avenida Alberto Lamego, também de segunda a sexta, no mesmo horário.



Por: Marcio Fernandes - Foto: Divulgação - 07/05/2015 12:05:09

Dia 14/04/2015

### Parque Estadual do Desengano comemora 45 anos



O Parque Estadual do Desengano, o mais antigo do estado, comemorou 45 anos de existência nesta segunda-feira (13), com solenidade em Santa Maria Madalena, com um grande bolo. A gerente de Unidades de Conservação de Proteção Integral do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Patrícia Figueiredo, lembrou todas as ações que vêm sendo realizadas no parque visam sua preservação ambiental e com intuito de também dotá-lo de condições para o ecoturismo. Ela lembrou os exuberantes atrativos do parque, que se constitui no último remanescente contínuo da Mata Atlântica, está localizado em sua maior área em Campos.

Também participaram do evento, o chefe do Parque, Andrei Veiga; secretários municipais de Meio Ambiente de Santa Maria, Campos e São Fidélis, além de demais autoridades nas áreas de educação e turismo da região, guarda parques e da comunidade de Santa Maria. O secretário de Meio Ambiente, Zacarias Albuquerque, e a diretora de Turismo, Ana Néri Alvarenga, representaram Campos. O secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Wainer Teixeira, enviou moção de aplauso parabenizando pelo aniversário do PED.



Recentemente o Parque do Desengano formou guarda parques para realizar um trabalho permanente de proteção e também de orientação a muitas pessoas que procuram o local para ter maior contato com a natureza. Estes primeiros grupos de guardas já estão atuando nos municípios de São Fidélis e Santa Maria e há entendimentos para abertura de 50 vagas para curso de formação profissional nesta área, com início em setembro, para Campos.

- Campos está trabalhando no sentido de agilizar um ponto de acesso por nossa cidade a exemplo das demais, onde o PED está localizado. Ao mesmo tempo, vamos capacitar os guardas parques para o trabalho de preservação e também recepção aos visitantes, que já fazem, muitas vezes por conta própria, as trilhas existentes - pontuou.

As comemorações pelo aniversário do Parque Estadual do Desengano acontecem desde sexta-feira (10). A programação inclui passeio ciclístico e a Cavalgada Caminhos do Desengano, da qual participaram 45 cavaleiros e convidados. Eles que saíram do Parque de Exposições de Santa Maria, passando pelo centro e indo até Terras Frias, na Zona de Amortecimento do Parque.

PED – O Parque Estadual do Desengano está localizado a noroeste de Campos, na região do Imbé. São 22.400 hectares de Mata Atlântica, com destaques na paisagem para o Pico do Desengano, com altitude de 1.761 metros; o Pico São Mateus, com 1.576 metros; e a Pedra Agulha, com 1.080 metros.

Tendo grande importância hídrica, com numerosos cursos d'água e nascentes, o PED também possui exuberância de cenários naturais e cachoeiras, como Bonita, Maracanã e Tombo D'Água, além dos Rios do Colégio, Aleluia e Mocotó. Mais de 400 espécies de aves são encontradas no Parque do Desengano, muitas em extinção, como jacutinga, macuco, gavião-pomba, gavião-pato, e que só sobrevivem porque estão em área protegida, da mesma forma que animais, como a preguiça-de-coleira, a onça-parda, o quati, a paca, e o macaco prego.

**Por:** Denise Ferreira - **Foto:** Divulgação - 13/04/2015 21:16:37

Dia 09/04/2015

### Entidades públicas premiadas por atingir meta de economia de água



A proposta de sustentabilidade ambiental na Prefeitura de Campos para redução de, no mínimo, 10% no consumo de água e energia elétrica, foi alcançada por 88 unidades públicas, 50 delas ligadas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (Smece). Como reconhecimento ao trabalho desenvolvido, as unidades foram homenageadas com certificados nesta quarta-feira (8), no auditório da Smece, entregues pela Secretaria de Meio Ambiente.

A iniciativa envolve todos os órgãos diretos e indiretos da administração pública e está prevista no decreto 120, publicado pela Prefeitura em maio de 2014, nomeando também, o Comitê Gestor da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), composto por oito secretarias municipais: Educação, Meio Ambiente, Administração, Saúde; Obras, Urbanismo e Infraestrutura; Petróleo, Energia Alternativa e Inovações Tecnológicas; Limpeza Pública, Praças e Jardins; e Controle Orçamentário e Auditoria.

Representantes do comitê se reúnem pelo menos uma vez por mês, a fim de conscientizar os servidores públicos. Várias oficinas estão previstas para este ano com os gestores das unidades, que atuarão como agentes multiplicadores da consciência ambiental. As 88 unidades economizaram 58.745 metros cúbicos de água, que equivalem a quase 59 milhões de litros.

O secretário de Educação, Frederico Tavares Rangel, recebeu o certificado das mãos do secretário de Meio Ambiente, Zacarias Albuquerque, pela economia registrada no prédio da Smece, em torno de 22%. “O resultado depende da consciência e da iniciativa de cada um. É com muita satisfação que participamos da entrega dos certificados”, pontua.

O programa de sustentabilidade foi lançado pelo Ministério do Meio Ambiente, com adesão da Prefeitura de Campos, em caráter permanente. Segundo o coordenador do programa, Aislan de Souza Coelho, assessor técnico da Secretaria de Meio Ambiente, além da economia de água e energia, a campanha prevê a redução na utilização dos materiais de consumo, como copos e

toalhas descartáveis. O índice de economia teve como base os anos de abril de 2012 a abril de 2014, com a participação de 610 unidades.

As 10 unidades da educação que se destacaram na economia de água e receberam também, medalhas de reconhecimento foram: Creche Escola Parque São Mateus, Escola Municipal Santo Antônio, no Jardim Carioca; Ciep Francisco Portela, em Tocos; Creche Escola Souza Mota, Fundão; Creche Escola Glicério Carlos Neto, Parque Lebrez; Ciep Carmem Carneiro, Eldorado; Escola Municipal Prisco de Almeida, no Calabouço; Escola Municipal Cláudia Almeida de Oliveira, Farol; Escola Municipal Lídia Leitão, no Parque Cidade Luz; e Projeto Meninos do Amanhã.



Por: Nagyla Corrêa - Foto: Divulgação - 08/04/2015 18:24:46

Dia 02/02/2015

### Gincana Ambiental dias 7 e 8 no Farol



Estudantes de seis escolas do Farol de São Tomé participam no próximo dia 7 de fevereiro, das 9h ao meio-dia, da Gincana Ambiental. A iniciativa é da Secretaria de Limpeza Pública, Praças e Jardins com apoio das Secretarias de Meio Ambiente; Educação, Cultura e Esportes; Desenvolvimento Econômico e Turismo e Comunicação. A equipe vencedora será a que recolher maior quantidade de material reciclável. A gincana vai acontecer em frente ao estande da prefeitura, na orla do Farol. A premiação será no domingo (8).

Segundo o secretário de Limpeza Pública, Jorge Rangel, o objetivo da gincana é despertar a consciência ambiental de crianças e adolescentes e levá-los a conhecer mais sobre as belezas naturais do município. “Hoje, vivemos uma situação muito difícil em virtude da falta de chuva. Estamos testemunhando a pior seca dos últimos anos. Queremos incentivar também a coleta seletiva e mostrar aos alunos qual é o tratamento dado ao lixo no município”.

- O Rio Paraíba está muito abaixo do seu nível normal e essa seca já está levando muitos municípios a pensar no uso mais consciente da água e da energia. Queremos que eles conheçam também a importância de economizar agora para não faltar no futuro – acrescenta o secretário.

Cada equipe será formada por 20 participantes, que receberão lanche e medalhas pela participação. Os vencedores também receberão troféus e brindes, além de passeios ecológicos. Programa de Coleta seletiva - A coleta seletiva de lixo vem crescendo a cada mês em Campos. Só em 2014, foram quase 1.500 toneladas. De 2009 a 2014, foram 5.224 toneladas. O programa é importante para que cada cidadão contribua de forma consciente para preservar o meio ambiente



Dia 05/12/2014

### Meio Ambiente e estudantes plantam mais 20 árvores



O secretário municipal de Meio Ambiente, Zacarias Albuquerque, e alunos do Ciep Custódio Siqueira, localizado no Parque Rio Branco, plantaram mais 20 árvores entre nativas e frutíferas. A ação foi realizada na manhã desta quinta-feira (4), na área verde no Centro de Educação Ambiental, em Guarus.

De acordo com o secretário, foram plantados ipês amarelos, acerola, mangueiras entre outras árvores. A área verde do Centro de Educação Ambiental tem 16.800 metros quadrados e conta também com uma pista de caminhada. Os frutos produzidos no local podem ser recolhidos pela população. Na área verde há 124 árvores plantadas de 43 espécies, de árvore da china a abacateiros.

- Neste tipo de ação sempre contamos com a participação de estudantes - destacou o secretário de Meio Ambiente. Somente nos últimos 12 meses foram plantadas no município 2.500 mudas da Mata Atlântica e frutíferas das espécies nativas e exóticas.

Fonte: PMCG

Dia 14/10/2014

Alunos da Escola Lions Goitacá visitam Centro de Educação Ambiental



No Mês da Criança, alunos da Escola Municipal Lions Goitacá tiveram nesta segunda-feira (13), uma tarde diferente, com passeio e piquenique, no Centro de Educação Ambiental (CEA), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Participaram 22 crianças com idades entre 9 e 11 anos, que cursam o 4º Ano do Ensino Fundamental.

- São alunos que participaram, no início do ano, do Jardim Sensorial Itinerante, ação desenvolvida em parceria pela Secretaria de Meio Ambiente, Fundação Municipal da Infância e da Juventude (FMIJ) e o projeto Sala Verde, do Instituto Federal Fluminense (IFF). Os alunos adoraram e hoje vieram para uma tarde de lazer, numa área verde, em contato direto com a natureza – disse a professora Ana Lúcia Mercadante.

A criançada aprovou o passeio. “A gente está se divertindo muito, mas do que eu mais gostei foi poder conhecer várias plantas”, contou a aluna Joyce Cordeiro de Souza, de 10 anos, se referindo ao Jardim Sensorial, que conta com diversas espécies, como babosa, cactos, saião, arnica, boldo, mercúrio e alfavaca, entre outras, que, muitas vezes, são desconhecidas por grande parte da população.

Fonte: PMCG

Dia 22/09/2014

Ação em defesa do meio ambiente em Lagoa de Cima



O Secretário Municipal do Meio Ambiente, Zacarias Albuquerque, coordenou uma ação neste sábado (20), em Lagoa de Cima, em comemoração ao Dia Mundial de Limpeza de Praias, Rios e Lagoas. Das 9h às 12h, voluntários fizeram uma verdadeira faxina na orla da Lagoa com a participação das secretarias de Limpeza Pública, Praças e Jardins; Educação, Cultura e Esportes; e Guarda Civil Municipal, além do, projeto Rema Campos e Associação de Moradores. A data é comemorada há 14 anos em 155 países e o objetivo é promover a conscientização sobre a limpeza ambiental.

É uma ação muito importante e um dia de extrema importância para a preservação da Lagoa -, destacou o presidente da Associação de Moradores de Lagoa de Cima, José Batista Pessanha. A porteira Clarissa Soares, 25 anos, disse que a preocupação com a Lagoa é fundamental. “Todos deveriam ter a consciência de como é importante mantermos a Lagoa limpa”, diz ela, que é moradora há 15 anos.

Membros do projeto Rema Campos, Bruno Oliveira, 17 anos; Stefani Nascimento, 14; e Diogo da Conceição, 15, participaram como voluntários. Os três levantaram cedo para ajudarem a preservar o meio ambiente. “Considero um ato de amor ao nosso planeta”, contou Diogo. “Cuidar da natureza é uma das melhores ações de um cidadão”, disse Stefani. “Devemos nos unir contra a destruição da natureza”, diz Bruno

Dia 27/09/2014

### Dia Mundial de Limpeza de Praias, Rios e Lagoas: ação em Lagoa de Cima

Neste sábado (20) será comemorado o Dia Mundial de Limpeza de Praias, Rios e Lagoas. A data é comemorada há 14 anos em 155 países. Em Campos vai acontecer uma ação em Lagoa de Cima. O objetivo é promover a conscientização sobre a limpeza ambiental. Até agora, já está confirmada a presença de 70 voluntários. A ação vai acontecer das 9h às 12h.

Segundo o secretário de Meio ambiente, Zacarias Albuquerque, é uma dura realidade, constatar que o planeta cada vez mais está repleto de lixo.

Muitas das vezes as pessoas não têm a noção de que descartar um lixo numa praia, por exemplo, vira uma catástrofe ambiental. Se de repente chove, aquele lixo é levado pela chuva para o mar, rio ou lagoa e assim, provoca além da poluição, o comprometimento da vida dos animais da fauna aquática. Portanto, é muito importante se entender de uma vez por todas que ficar descartando lixo por aí é muito prejudicial ao nosso planeta e nós também sofremos as consequências – alertou o secretário.

Estarão participando da ação, a Associação de Moradores de Lagoa de Cima, a Associação de pescadores de Lagoa de Cima, o Projeto Rema Campos e os alunos do Curso de Engenharia Ambiental da Faculdade Estácio de Sá. As Secretarias de Limpeza Pública, Praças e Jardins e de Educação, Cultura e Esportes também estarão participando de forma ativa.

A Secretaria de Limpeza Pública vai fornecer 10 voluntários e irá atuar na parte de apoio da logística, transportando o lixo coletado para o Aterro Sanitário de Conselheiro Josino. Já a Secretaria de Educação conta com voluntários que ficarão responsáveis pela animação cultural, que estará encerrando as atividades do dia.



Dia 11/08/2014

Curso de Qualificação dos Guardas Mirins no CEA



Nesta segunda-feira (11) começou no Centro de Educação Ambiental (CEA) o curso de qualificação para 120 guardas mirins que se formaram recentemente. O curso promovido pela Fundação Municipal da Infância e Juventude, em parceria com a Secretaria de Meio ambiente e Instituto Federal Fluminense (IFF). Durante o curso os alunos terão todo conhecimento ambiental e aprenderão como preservar o meio ambiente. O professor Maiquer Monteiro, 22 anos, disse que o primeiro dia de aula foi muito produtivo e satisfatório. “Os alunos são bem participativos e dá para sentir a vontade deles em querer aprender tudo sobre o meio ambiente, o que é muito legal. O grande objetivo do projeto é multiplicar, já que os alunos de hoje serão os professores de amanhã e novas turmas sempre estarão surgindo”, afirmou.

Para os alunos Marlon Gomes e Chayane Nunes está sendo muito interessante e empolgante poder participar do projeto. “Gosto muito do contato com a natureza e sei que vou aprender muitas coisas. Nessa primeira aula já percebi como é interessante aprimorar os conhecimentos sobre o meio ambiente”, acrescentou Marlon Gomes. Chayane acredita ser esta uma oportunidade única. “Nem sempre os jovens têm essa oportunidade que eu e meus colegas estamos tendo de fazer o curso. Ter esse contato com o meio ambiente, aprender sobre as plantas, campos, enfim, aprender como preservar a natureza é maravilhoso”, disse.

As aulas acontecem todas às segundas e quartas-feiras, das 13h30 às 16h, além de terças e quintas-feiras, das 8h às 11h, com duração de seis meses.

## Dia Nacional da Mata Atlântica comemorado em Lagoa de Cima



No dia em que se comemorou o Dia Nacional da Mata Atlântica, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente iniciou as comemorações com palestras para os alunos da Escola Municipal Ponta de Palha e o plantio de árvores nativas e frutíferas às margens da Lagoa de Cima, com a participação de técnicos da secretaria e integrantes do Grupamento Ambiental.

Os alunos da Escola Ponta da Palha ouviram uma palestra da técnica Isaura Mota e em seguida, participaram do plantio de vinte árvores das mais diversas espécies, como embaúba, ingá e aroeira. “Na palestra, falamos sobre a importância da preservação da Mata Atlântica, que é um conceito de ecossistema que está presente em 17 estados, do Piauí ao Rio Grande do Sul, englobando ainda Goiás e Mato Grosso”, destacou o secretário de Meio Ambiente, Zacarias Albuquerque.

A Mata Atlântica, que em 1500 representava 15% do território nacional, hoje não ultrapassa os 7%, em função do desmatamento. Em Campos, quatro pontos importantes de preservação ficam localizados no Imbé, Morro do Itaoca, Assentamento Zumbi dos Palmares, no Parque Bom Jesus e Mata de Angra, no Parque Prazeres.

- Unidades de Conservação foram criadas para preservar estes locais e têm feito um trabalho importante. Na Mata de Angra, que ainda não conta com uma unidade, ainda este ano ela vai ser criada, com previsão para agosto - anunciou Zacarias.

Sete das principais bacias hidrográficas do país ficam localizadas na área da Mata Atlântica, entre elas, a do Rio Paraíba do Sul. O secretário de Meio Ambiente lembra ainda que na Mata Atlântica podem ser encontradas 20 mil espécies de plantas, sendo que 8 mil delas só podem ser encontradas nestas áreas.

Fonte: PMCG

Dia 10/07/2014

Mais Verde: arborização nos quatro cantos do município



A Secretaria de Meio Ambiente já plantou cerca de 2 mil árvores em diferentes pontos da cidade nos últimos 12 meses, dentro do Programa Mais Verde. A informação é do secretário Zacarias Albuquerque, que ressalta que o programa vem garantindo a arborização em todo o município. São espécies frutíferas e nativas. Além de ser importante para o meio ambiente, a iniciativa também beneficia a população, já que quando crescem, oferecem sombra, frutos e beleza, através das flores.

Entre os pontos que estão recebendo novas árvores, estão avenidas, creches, escolas e bairros e distritos, incluindo os que estão recebendo obras do Bairro Legal. Também estão sendo criados bosques e pomares, como o do Parque Santa Clara. “Árvores são equipamentos públicos indispensáveis à sobrevivência. A Organização Mundial da Saúde recomenda que haja 12 metros quadrados de área verde por habitante e estamos avançando neste sentido”, destaca o secretário. Entre as vias que receberam novas árvores, estão as Avenidas José Carlos Pereira Pinto e Nazário Pereira Gomes, em Guarus; José Alves de Azevedo, no Centro; Presidente Kennedy, no Jóquei, entre outras. Ao longo da Avenida Arthur Bernardes, também serão plantadas árvores frutíferas no canteiro central.

O Programa Mais Verde é um trabalho permanente da Secretaria de Meio Ambiente. Até agora, nós já fizemos o plantio de cerca de 2 mil árvores em bairros e distritos - informa Zacarias. Entre as espécies frutíferas, estão abricó, romã, pitanga, manga, acerola e atemóia, entre outras. "Espécies nativas da Mata Atlântica, como oiti, pata de vaca, aroeira vermelha e ipês, entre outras, também estão sendo plantadas", informa o secretário de Meio Ambiente. Zacarias acrescenta que as pessoas interessadas em plantar em seus quintais podem pegar as mudas no Centro de Educação Ambiental (CEA), na Avenida José Carlos Pereira Pinto 300, próximo ao Hospital Geral de Guarus. O CEA funciona de segunda a sexta, das 7h às 17h.

Fonte: PMCG



Dia 18/07/2014

Dia Mundial das Florestas: city tour com alunos ao Parque Taquaraçu



Nesta quinta-feira (17), Dia Mundial de Proteção das Florestas, as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Turismo; de Educação, Cultura e Esportes e de Meio Ambiente realizaram um city tour com 40 crianças da Escola Municipal Apic, do Terminal Pesqueiro, em Farol de São Tomé, com visitas ao Parque Taquaraçu e ao Horto Municipal de Campos. O tema do passeio foi "Educação Ambiental e cuidados com o meio ambiente".

Os alunos, com idades entre 10 a 15 anos, ouviram palestras nos locais sobre a importância da preservação das florestas, relacionadas ao meio ambiente e ao turismo, sendo alertadas quanto à necessidade das novas gerações manterem o pulmão da terra, que são as florestas e os mananciais - vivos e preservados.

Passamos para elas o quanto é sério o desmatamento que vemos hoje em dia e que atitudes simples, como não retirar plantas dos parques, não jogar lixo nas águas e manter os berçários dos animais, funcionam para ajudar a manter o meio ambiente em boas condições", disse Everaldo Reis, guia que acompanhou o grupo.

Dia 24/06/2014

### Criado Conselho Consultivo da APA da Lagoa de Cima



Durante uma reunião na Associação de Moradores da Lagoa de Cima realizada na terça-feira (17), foi criado o Conselho Consultivo da Área de Preservação Ambiental (APA) de Lagoa de Cima. Segundo o secretário de Meio Ambiente, Zacarias Albuquerque, este conselho é recomendado, tanto pela lei que regulamenta as APA's quanto pela Política Nacional de Unidade de Conservação.

Após três reuniões e 40 dias de trabalho, nós finalizamos este processo. E neste conselho fazem parte cinco representantes do governo municipal e cinco da sociedade civil. Este conselho irá acompanhar toda a estruturação e o funcionamento da APA, e o primeiro trabalho é aprovar o regimento que regulamenta o funcionamento do mesmo para que possa acompanhar todas as ações necessárias que a APA seja consolidada - comentou.

Zacarias pontuou que este conselho deverá acompanhar as ações como a aprovação do plano de manejo. “Este conselho também vai discutir ações importantes para a Lagoa de Cima, como de educação ambiental, de fiscalização e de toda estruturação necessária, como a sede administrativa e o centro de visitantes a serem construídos”, disse.

Dia 23/06/2014

### Plantio de mais árvores na José Carlos Pereira Pinto



A Secretaria de Meio Ambiente realizou nesta quarta-feira (18) o plantio de 37 árvores frutíferas no canteiro central da Avenida José Carlos Pereira Pinto, no Parque Calabouço, em Guarus. Foram plantadas espécies, como abricó, romã, pitanga, manga, acerola e atemóia. A ação contou com a participação de alunos do Curso de Engenharia Ambiental da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) e da Universidade Estácio de Sá. Segundo o secretário Zacarias Albuquerque, plantar árvores em vias públicas é de responsabilidade do poder público. Ele explicou que a população pode plantar mudas no quintal da própria casa, mesmo que seja de pequeno porte.

Zacarias informou que os interessados podem pegar as mudas no Centro de Educação Ambiental (CEA), na Avenida José Carlos Pereira Pinto 300, próximo ao Hospital Geral de Guarus. O CEA funciona de segunda a sexta, das 7h às 17h. Para o estudante Paulo Junior, 24 anos, o canteiro central da José Carlos precisava de mais árvores: “Assim que as árvores ganharem forma, as comunidades ao redor contarão com um espaço com sombra fresca e bastante frutos, além de deixar a avenida mais bonita e arborizada”, ressaltou o estudante.

Fonte: PMCG

Dia: 17/2/2014

Plantio de árvores em vários pontos do município

**Por** Ulli Marques (estagiária)

A arborização urbana é fundamental para absorver ruídos, diminuir o calor do sol, purificar o ar, abrigar aves e tornar o ambiente mais agradável e bonito. Por isso, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente vem realizando o plantio de árvores frutíferas e nativas em diversos pontos do município.

Na quarta-feira (12), a Escola modelo Professor Walter Siqueira e a Creche Escola Ruth Chagas Manhães, no Parque Julião Nogueira, foram contempladas pelo projeto + Verde Campos. Foram plantadas 30 mudas de espécies nativas, como abio e Pau-Brasil; e mudas de árvores frutíferas, como abio e acerola.

Segundo o secretário de Meio Ambiente, Zacarias Albuquerque, em 2013, foram plantadas 1.925 mudas de plantas na área central, em bairros, distritos, localidades e também em órgãos públicos. O objetivo é plantar de 10 mil a 15 mil árvores através de um cronograma semanal executado nas vias públicas, canteiros de avenidas, conjuntos habitacionais, escolas e creches.

Zacarias informou ainda, que a população também pode realizar o plantio de árvores de pequeno porte nos quintais das casas. Os interessados podem solicitar as espécies no Horto Municipal, na Avenida Alberto Lamego, ou no Centro de Educação Ambiental (CEA), na Avenida José Carlos Pereira Pinto.

**Postado por:** Francisca de Assis - 17/02/2014 09:39:35

Dia 11/11/2013

### Consulta Pública do Manguê da Carapeba

Secretaria de Meio Ambiente realiza consulta pública no Farol

Foi realizada neste sábado (26) pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, consulta pública em cumprimento à legislação ambiental para a criação de Unidade de Conservação para proteção da Área de Refúgio da Vida Silvestre do Manguê do Carapeba, situada ao Sul da Praia do Farol de São Tomé. O evento foi realizado na Colônia de Férias da Terceira Idade e reuniu técnicos da secretaria, moradores e representantes de entidades da sociedade civil organizada.

O secretário de Meio Ambiente, Zacarias de Albuquerque, explicou que a criação da Unidade de Conservação faz parte do plano diretor do município e é necessário para preservar o estuário e sua fauna e flora, de forma a obter a licença de operação do Complexo Logístico Industrial Farol- Barra do Furado, entre Campos e Quissamã.

Durante a consulta pública, a assistente técnica da secretaria, Isaura Areas, apresentou estudos organizados pela equipe técnica do órgão, bem como as pesquisas de órgãos ambientais de universidades realizadas sobre a biota existente no Manguê da Carapeba. Foram apresentadas as providências para criar a Unidade de Conservação, que visa proteger aves de várias espécies, plantas, moluscos, peixes, que são gerados no manguê, graças ao ambiente especial, formado pelo encontro de água salgada e água doce.

De caráter interativo, os técnicos da secretaria responderam perguntas e tiraram dúvidas de moradores e representantes de entidades, a exemplo de Elizabete Barcelos; da assistente de mobilização em logística, Isabela Souza, da NEA-BC (Associação Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos); bem como Aprígio Barcelos, membro efetivo da NEA-BC e da Agenda 21 Campos e participante da Agenda 21 Comunitária da Praia do Farol de São Tomé e do Projeto Orla.

A consulta pública é muito importante neste processo. Trata-se de uma iniciativa participativa cidadã. É de todo interesse da nossa entidade conhecer as atividades dos empreendimentos que vão se instalar no Farol de São Tomé, que envolvam o meio ambiente – declarou] Isabela Souza.

Sou conhecedor de todo sistema ecológico da Baixada há muito anos. Depois que me aposentei, me tornei morador da Praia do Farol de São Tomé. Por conhecer bem todo o sistema ecológico da Baixada Campista há mais de 50 anos e por ter preocupação com as áreas alagadas do nosso litoral, vim participar para conhecer detalhes do projeto de criação da Unidade de Conservação do Manguê. Acho muito importante os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente virem até a comunidade mostrar o que é o projeto e ao mesmo tempo que tiram nossas dúvidas, também podemos contribuir com algumas informações e sugestões. Eu sugeri, por exemplo, que parte das áreas alagadas estejam incluídas na Unidade de Preservação - disse Aprígio Barcelos.

Fonte: site Prefeitura - Por Jualmir Delfino



Dia 04/09/2012

### “Adote uma árvore” no conjunto habitacional Tapera I

Acompanhar as etapas de uma árvore, seja de que espécie for, é uma forma de humanizar o ser e esta teoria pode ser comprovada através do programa da secretaria de Meio Ambiente, que através do projeto "Adote uma árvore", leva beleza e qualidade de vida aos moradores de diferentes bairros no município. Nesta segunda-feira (03), uma equipe de oito agentes ambientais da Secretaria de Meio Ambiente e o secretário, Wilson Cabral, estiveram no Conjunto Habitacional Tapera I, para concluir um trabalho completo de arborização que está sendo feito em todos os conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz construídos no município.

Concluídos os trabalhos de plantio e conscientização, com distribuição de cartilhas no Tapera I, as ações serão direcionadas ao Conjunto Habitacional do Parque Prazeres. No local, serão plantadas árvores de espécies nativas, como oiti, aroeira vermelha, brasileirinho, ipê e pata de vaca. Além das frutíferas, como jamelão, jambo, manga, acerola, pitanga e carambola. Só no Tapera I, foram plantadas mais de 200 mudas e Wilson explica que "este é só o começo".

Nossa intenção é percorrer por completo todos os conjuntos habitacionais, já que são novos bairros construídos na cidade e precisam de arborização, tanto para a diminuição da sensação térmica no verão, como para embelezar e oferecer sombra e até frutas à população. Além deste trabalho, através do "Adote uma árvore", possuímos também na o "Disque Poda", onde as pessoas podem ligar através do telefone 2725-1234 e requerer o serviço de poda. Disponibilizamos também a solicitação de mudas, através do Centro de Educação Ambiental (CEA), do Horto Municipal ou mesmo da secretaria de Meio Ambiente - destaca o secretário.

Acolhimento das espécies – Animada com a possibilidade de ter uma árvore na frente de sua residência, a dona de casa Elianai Mendes, 35, e suas três filhas ajudaram no plantio de seu novo pé de manga. "Acho tão importante a adoção de uma árvore, que até vou querer mais uma muda da espécie para plantar nos fundos da minha casa", explica Elianai, já recebendo da equipe de técnicos ambientais uma muda da espécie "pé de vaca".

O autônomo Robson Eduardo, 36, já havia plantado uma árvore da espécie brasileirinha há cerca de dois meses na sua casa e continua cuidando com carinho dela. "Tenho dois filhos, um de dez e um de três anos, e sei que é importante para eles ter uma sombra para brincar. Cuido desta árvore todos os dias, regando e zelando por ela", pontua.

Dia 19/06/2012

## Educação Ambiental no Horto Municipal



O Setor de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente esteve no Horto Municipal na manhã desta terça-feira, 19 de Junho, mostrando o quanto é importante conhecer e preservar o Meio Ambiente.

Na ocasião, as crianças da “Escola Municipal Drº Luis Sobral e o Projeto + Educação ” puderam desfrutar dos recursos ambientais que tornam o Horto Municipal um espaço verde ímpar na área urbana de Campos e bastante agradável para a visitação pública. Os alunos também receberam instruções e assistiram a vídeos relacionados a educação ambiental.

“É muito importante que todos conheçam o valor da Natureza, principalmente crianças e adolescentes fazendo com que cresçam mais conscientes” diz o Secretário de Meio Ambiente, Wilson Cabral.

Dia 11/06/2012

### Oficina de reciclagem encerra Semana do Meio Ambiente



Cerca de 60 alunos do 1º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Presidente Castelo Branco, na Pecuária, participaram de uma oficina de reciclagem com garrafas pet, na última quarta-feira (6). As atividades encerraram a Semana do Meio Ambiente.

Segundo a responsável pelo programa de educação ambiental “Viva o Meio Ambiente”, da Concessionária Autopista Fluminense, em parceria com a Secretaria de Educação, Josilma Gomes Moço, este trabalho é importante porque os pequenos podem vivenciar, de perto, e também se conscientizarem a respeito da preservação do meio ambiente, através da reciclagem.

Nós só concretizamos um trabalho que fazemos diariamente com as crianças. Aprendendo como reaproveitar os plásticos, os alunos poderão levar e divulgar seus conhecimentos para toda a família, podendo futuramente, até gerar renda com estes trabalhos — destacou Josilma. Ela ressaltou que os estudantes participaram ativamente de todo o processo de confecção dos puffs e poltronas recicláveis, trazendo garrafas, lavando e retirando os rótulos.

Para o aluno Riquelmy Mesquita Paulo, de 7 anos, o trabalho realizado com as garrafas foi muito bom, pois a partir daí, poderá utilizar as técnicas aprendidas na elaboração de objetos em casa. “Adorei fazer o puff. Agora, vou juntar garrafas para fazer na minha casa, para que todos possam sentar”, disse.

A oficina contou com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente e das instrutoras de reciclagem do Projovem Adolescente, da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social.

Dia 09/06/2012

### Distribuição de mais mudas de plantas em dois pontos da cidade



A Secretaria Municipal de Meio Ambiente prossegue hoje (quarta-feira, 06), distribuindo mudas de plantas frutíferas, nativas e ornamentais, classificadas para uso em calçadas ou em terrenos. Dois stands estão montados desde ontem (terça-feira, 05), na Praça São Salvador, no Centro, e no Jardim São Benedito, das 9h às 13h.

Somente nesta terça-feira foram distribuídas cerca de 430 mudas, sendo 280 na Praça São Salvador e as demais no Jardim São Benedito. Além disso, a equipe da Secretaria distribuiu cartilhas sobre os “Dez Mandamentos Ecológicos” e sobre arborização urbana, como explicou a subsecretária, Lílian Neto.

Ficamos surpresos com o aumento da procura, mas estávamos preparados para atender a todos. A maior procura tem sido para as mudas frutíferas, por isso, aumentamos ainda mais a oferta dessa espécie para esta quarta-feira. A população participou de forma efetiva e demonstrou muito interesse em ajudar a preservar e cuidar das plantas. As crianças são as mais empolgadas e levaram os pais. Esperamos que a procura permaneça no mesmo ritmo – disse a subsecretária.

Lílian lembrou que a Secretaria de Meio Ambiente realiza, ainda, um trabalho de orientação e conscientização junto à população em eventos e em escolas públicas ou particulares. “Nosso departamento de Educação Ambiental trabalha junto às escolas do município, com mostras de vídeo, contato direto com a terra e plantio de mudas. Cada criança pode levar uma muda pra sua casa. Não tivemos essa cultura de preservação da natureza e do meio ambiente ao longo dos anos. Mas, agora, as crianças estão mais preocupadas com isso”, completou.

Quem desejar adquirir mudas ou obter mais informações, deve fazê-lo no Horto Municipal ou no Centro de Educação Ambiental, na Avenida José Carlos Pereira Pinto, 300, Guarus. O telefone pra contato é (22) 2731-4680.

Corpus Christi - A Secretaria de Meio Ambiente vai participar da confecção de um tapete de Corpus Christi, com o tema “Quem ama cuida”. Sete funcionários da Secretaria iniciarão as atividades na Avenida Alberto Torres, em frente à Praça do Canhão, a partir das 7h de quinta-feira (7). Eles vão usar os seguintes materiais: areia, terra, corante alimentício e pó de serra.

Dia 23/05/2012

Visitação durante toda a semana no Centro de Educação Ambiental



O Setor de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente esteve no Centro de Educação Ambiental durante toda esta semana apresentando aos visitantes noções básicas de preservação do meio ambiente para que se tornem multiplicadores e, assim, adultos mais responsáveis e preocupados em tornar o meio ambiente mais sustentável.

Na ocasião, crianças e adolescentes do Projeto Desafio de Travessão e do Projeto Desafio de Guandu puderam desfrutar dos recursos ambientais que tornam o CEA um espaço verde ímpar na área urbana de Campos e bastante agradável para a visita pública. Os visitantes também receberam instruções e assistiram a vídeos relacionados a educação ambiental.

“A Secretaria de Meio Ambiente, através do Setor de Educação Ambiental, proporciona a crianças, jovens e adultos a oportunidade de estarem aprendendo na prática a importância que o meio ambiente tem em nossas vidas. Escolas Municipais e Privadas, assim como, abrigos e grupos de terceira idade poderão estar agendando visitas supervisionadas tanto no CEA quanto no Horto Municipal”, disse Wilson Cabral, Secretário Municipal de Meio Ambiente.



Dia 17/05/2012

### Meio Ambiente realiza plantio no Jockey



Na manhã desta quinta feira (17/05), a Secretaria de Meio Ambiente executou o plantio de mais de quarenta mudas de árvores nativas e frutíferas no entorno do campo de futebol Campistão no Jockey. O plantio foi em parceria com a escolinha de futebol Campistão e o Colégio Constantino Fernandes, onde os alunos ajudaram nos plantios das árvores.

Foram utilizadas várias espécies, como o oiti, jenipapo, aroeira vermelha, ipê amarelo, cajá mirim, entre outras. Antes dos plantios, os alunos tiveram uma pequena palestra de educação ambiental, onde foi abordado o tema do projeto “Adote uma árvore”, a importância das árvores para o meio ambiente e conscientização contra despejos de entulhos em áreas de preservação ambiental.

“O campo estava abandonado, cheio de matos e entulhos, solicitamos a ajuda da Secretaria de Serviços Públicos onde fomos atendidos prontamente com um mutirão de limpeza, onde foi feita a catação de lixo, retirada de entulhos e roçada do terreno. Fizemos a avaliação, e constatamos que o local era ideal para o plantio, convidamos a escolinha de futebol e o colégio para participar dos plantios que aceitaram de imediato. Essa parceria é o sucesso de nosso projeto, pois a participação dos alunos é fundamental para difundir a idéia de preservação do meio ambiente, diz o responsável do projeto, Wilson Silva.”

Segundo o Secretário de Meio Ambiente, Wilson Cabral, "os trabalhos de plantios de árvores serão intensificados. Iremos aumentar nossas equipes de plantios e firmar parcerias com escolas e associações de moradores. A nossa idéia é difundir o plantio de novas árvores em nossa cidade, promovendo a conscientização da população", diz o Secretário.

Dia 14/05/2012

### Plantio de mudas no Morar Feliz do Eldorado



A equipe da Educação Ambiental, da Secretaria de Meio Ambiente, realizou na última sexta-feira (11/05), no conjunto habitacional do Programa Morar Feliz do Eldorado, para dar continuidade ao trabalho de plantio de árvores e orientação aos moradores.

Na oportunidade, foram plantadas árvores de pequeno e médio porte, como as espécies pata de vaca, ipê de jardim e aroeira. Outras de grande porte, como oiti e ipê roxo, também embelezaram a frente das residências. A equipe orientou a população sobre a importância da preservação das árvores e o plantio de outras mudas.

A aroeira foi a árvore escolhida por Vanuza de Carvalho para compor a fachada de sua casa. Junto do plantio das árvores, ela recebeu informações importantes para o melhor aproveitamento da espécie, como o fato da planta ser medicinal e sua semente servir como condimento para o tempero de saladas.

"Gosto de planta, elas embelezam e enfeitam a casa e quando ela crescer um pouco, vou enfeitar para o Natal. Não sabia que esta espécie tinha tantas outras qualidades, além de dar sombra", revelou.

O Secretário de Meio Ambiente, Wilson Cabral, destaca que o trabalho de conscientização e plantio vem acompanhado de saúde, já que ensina como ter um maior cuidado com o meio em que se vive, além de promover a melhoria do meio ambiente para as futuras gerações. "O trabalho, que consiste no plantio, é um ato de saúde preventiva, porque melhora o ar, educa e perpetua, sendo este um trabalho contínuo", ressalta.

**Outros locais** – Já foi efetuado o plantio em outros conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz, como Novo Jóquei, Penha, Parque Aldeia, Santa Rosa, além dos bairros legais do Eldorado e Donana. As pessoas que também se interessarem no plantio de mudas, devem entrar em contato com a Secretaria de Meio Ambiente, através do telefone 2738-1096.

Dia 04/05/2012

CEA: além de visitação, local de produção de mudas



O CEA pertence à Prefeitura de Campos que, por intermédio da secretaria de Meio Ambiente, mantém uma área na Avenida José Carlos Pereira Pinto e que hoje está sob a direção de Paula Cristina Guedes. Ali, espécies como manga, jambo, ipê de jardim, romã, laranja, oiti, quaresmeira, jenipapo, ingá, caju, pau-brasil, pinha, dentre outras mudas, são produzidas e utilizadas pelo Projeto Adote Uma Árvore.

O Centro de Educação é de muita importância para município, porque recebe todas as escolas e, a partir das crianças, passamos noções básicas de preservação do meio ambiente para que se tornem multiplicadores e, assim, adultos mais responsáveis e preocupados em tornar o meio ambiente mais sustentável. Além das escolas, estamos trabalhando com os abrigos e a Terceira Idade para podermos abranger a educação ambiental com toda a população - explica a diretora do CEA

.Palestras e interação com estudantes - Com a finalidade de conquistar novos formadores de opinião em defesa do meio ambiente, o Centro de Educação Ambiental é composto de uma equipe de quatro professores, uma gestora de planejamento ambiental e uma pedagoga que orienta alunos da rede pública e outros segmentos, a preservarem o meio ambiente. Além das palestras e jogos realizados no Horto Municipal e no CEA, a população poderá ter disponibilidade de usar a Biblioteca Virtual e a Videoteca para pesquisas sobre o meio ambiente



Dia 29/01/ 2012

### **Eco Tour no “Verão da Família 2012” de volta no dia 29**



Com a expectativa de repetir o sucesso que se constituiu na temporada passada, o Projeto Eco Tour, da secretaria municipal de Meio Ambiente, em parceria mais uma vez com a secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico, Petróleo e Turismo. O projeto, que já vem sendo motivo de elogios por parte da população que frequenta a praia há anos e está sendo incrementado dentro da nova gestão da Prefeita Rosinha Garotinho, consta da grade de atrativos elaborada pela Prefeitura de Campos na edição 2012 do “Verão da Família”. O passeio acontece aos domingos, com saída às 9h, no estande do meio ambiente, contudo no domingo passado não houve passeio de ônibus em virtude do 2º Eco Bike.

O trajeto com duração aproximada de duas horas, percorre partes da Praia do Farol de São Tomé, que dispõe de 40 Km de orla com plantação de casuarinas, destacando a importância da preservação ambiental nas visitas ao Mangue da Ilha de Carapeba, na restinga do Xexé e toda a orla marítima. Conta toda a história da praia e a vinda dos primeiros veranistas e moradores. Na oportunidade o guia de turismo Everaldo passará as informações num destaque aos pontos turísticos como a Colônia de Férias da Terceira Idade, a primeira destinada ao atendimento de idosos, de toda a América Latina, Barra do Furado, onde está sendo construído um dos maiores empreendimentos nacionais – o Complexo Logístico Farol/Barra e o Porto do Açú.

Outro destaque do passeio turístico será a apresentação, para turistas, moradores e veranistas, do chamado Farolzinho, que está fixado numa rua paralela à orla, detrás do antigo prédio da creche municipal e que servia, como referência na navegação dos barcos da região. Já o atual farol que denomina a praia, possui 47 metros de altura e foi inaugurado em julho de 1882, em comemorações ao aniversário da Princesa Isabel, mas que foi criado com vistas à sinalização em terra para as embarcações que por ali passavam e que agora, com o advento da extração petrolífera em alto mar, com presença de plataformas na Bacia de Campos, também está sendo explorado.

Outro aspecto apresentado quando da passagem pela praia é a questão do conhecimento ambiental na preservação da fauna marinha. Na oportunidade, os participantes do Eco Tour irão saber mais de perto, sobre a soltura de tartarugas e que acontece todas as semanas a partir do período inicial do ano, quando da desova nas areias da praia e o controle do ecossistema, dentro do Projeto Tamar.

## Meio Ambiente finalizando a temporada do Verão 2012 em Farol



Ocorreu neste domingo (12/02) o último Ecotur realizado na praia de Farol de São Thomé, de acordo com a Programação de Verão 2012 da Secretaria de Meio Ambiente. Moradores, turistas e veranistas que participaram do passeio, puderam conhecer mais sobre as belezas ecológicas e históricas da praia com o Professor de Geografia do IFF, José Maria Miro e com a estagiária de Engenharia Ambiental da Secretaria, Fernanda Manhães.

Os guias realizaram a primeira parada no Porto, seguindo para a Igreja de São Thomé, Farol, Clube São Thomé e continuando pela orla, visitaram o camping. O Restaurante e Alambique do Lelei foi a próxima parada, onde, seguiram para o Lagamar, encerrando no mangue do Carapeba.

**Carnaval** – Durante o período, o estande da Secretaria fará distribuição de mudas nativas e exóticas, e de cartilhas e folders de Educação Ambiental para a população. Além disso, a população ainda terá oportunidade de visitar as exposições de Meio Ambiente no Farol:

- Sala Verde IFF Campos – campus – Centro: Exposição de peixes, águas e apetrechos de pesca das comunidades tradicionais de pescadores da eco região de São Thomé e Apresentação dos Trabalhos desenvolvidos ao longo do ano de 2011 sobre Geografia e Ecologia da Pesca;
- Exposição de arte criada por Ricardo Salgado a partir de lixo tecnológico;
- Exposição de banners do Projeto Tamar;
- Exposição de brinquedos educativos feitos com materiais recicláveis produzidos Liliane Amorim.

**Eco Bike** – Encerrando a programação, o sucesso do Eco Bike das últimas edições, será repetido no dia 26/02. O passeio percorrerá a orla do Farol, visando estimular o uso de bicicletas, já que é um veículo não poluente, reduz o trânsito nas grandes cidades e promove a qualidade de vida da população. Os participantes do evento conhecerão a história da única praia de Campos.

“A temporada do Meio Ambiente no Farol foi bastante proveitosa, tivemos a oportunidade de nos aproximar e oferecer os nossos serviços a população. Os interessados em nos contatar, podem procurar a Secretaria na nossa sede na Avenida Osvaldo Cardoso de Mello ou pelo telefone 2738-1096”, diz o Secretário de Meio Ambiente, Carlos Frederico da Silva Paes.

## Ecotur: passeio pela história e as belezas naturais do Farol



*ecotur*

Ecotur: passeio pela história e as belezas naturais do Farol Vinte e oito pessoas participaram do Ecotur, passeio cultural e ecológico, no Farol de São Tomé, que ocorreu neste domingo (15) realizado pela Secretaria de Meio Ambiente em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Petróleo (Sedep). Veranistas e turistas conheceram a história, a praia, a fauna e a flora da região, desde o Manguezal Maria Rosa até o manguezal de Barra do Furado. Durante passeio, o guia de turismo Everaldo Reis falou sobre as casuarinas, o farol, monumento construído pelo mesmo engenheiro que projetou a Torre Eiffel, de Paris; e a importância do ecossistema do Lagamar. O passeio durou duas horas. Os participantes puderam ver também caranguejos, garças e outros animais. “É um passeio histórico, com ênfase no meio ambiente - disse Everaldo. O próximo Ecotur acontece no domingo (22). A saída será às 9h, do estande do Meio Ambiente, ao lado do deck das piscinas. Os interessados em participar devem se inscrever no estande, a partir desta segunda-feira (16), das 8h às 17h.